



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

**MARIA CLYVIA MARTINS DOS SANTOS**

**IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL DONA  
HELENA-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB**

João Pessoa-PB

2014

MARIA CLYVIA MARTINS DOS SANTOS

**IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL DONA  
HELENA-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de  
Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para  
obtenção do grau de Bacharel no curso de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior

João Pessoa-PB

2014

S237i Santos, Maria Clyvia Martins dos.  
Impactos territoriais da criação do assentamento rural  
Dona Helena - Cruz do Espírito Santo-PB. / Maria Clyvia  
Martins dos Santos.- João Pessoa, 2014.  
84f. : il.  
Orientador: Marco Antonio Mitidiero Junior  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN  
1. Geografia agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Impactos  
territoriais. 4. Assentamento Dona Helena - Cruz do Espírito  
Santo-PB.

UFPB/BC

CDU: 911.3:631(043.2)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MARIA CLYVIA MARTINS DOS SANTOS

### **IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL DONA HELENA-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior  
Departamento de Geociências-UFPB.  
(Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo  
(Examinadora)

---

Ms. LuannaLouyse Martins Rodrigues  
Doutoranda PPGG-UFPB  
(Examinadora)

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

João Pessoa-PB

2014

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Fátima e Carlos, a minha irmã Cléa, que sempre estiveram ao meu lado. E aos camponeses de Dona Helena, que permitiram a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, pela força, por tornar possível tudo isso. Sem o Senhor eu jamais teria conseguido!

Aos meus pais Carlos e Fátima e a minha irmã Cléa pelo apoio, compreensão em todos os momentos, e mesmo distante algumas vezes, estiveram sempre presentes. Cléa, além de irmã e amiga, uma verdadeira companheira. A vocês, o muito obrigada.

Aos meus avós, tios, primos e amigos que me ajudaram nessa caminhada.

Meus sinceros agradecimentos à família maravilhosa que me acolheu, Tio Antônio (em memória), Penha, Wellington e Fabiana.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marco Mitidiero, pelos ensinamentos transmitidos e pelas valiosas oportunidades a mim concedidas, enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e voluntária do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC). Grata pela confiança e pelos incentivos.

A todo corpo docente do curso de Geografia da UFPB por contribuir na minha formação acadêmica.

A todos os meus amigos e colegas de curso, em especial a Elyda, Josilena, Natieli, Daniel, Francisco, José Fernandes, Michael, Estefanni, Iran e Gisele pelas alegrias compartilhadas, pelos momentos inesquecíveis, e por estarem ao meu lado nos momentos de dificuldades.

Aos amigos Rejane, Tatiane e Humberto agradeço as contribuições e paciência.

Ao professor Pedro Vianna, pela oportunidade de integrar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), onde aprendi muito e tive a oportunidade de fazer novos amigos.

A Francisco Xavier de Mendonça (Beto Mendonça), Secretário Adjunto de Educação do Município de Cruz do Espírito Santo pela cooperação e atenção.

A Ivanalda e a Luanna Louyse, pelas valiosas contribuições neste trabalho.

Aos moradores e comerciantes de Cruz do Espírito Santo por se disporem a participar da pesquisa.

Agradeço a dona Célia, seu Marcos, e aos camponeses do assentamento Dona Helena pelo acolhimento, carinho e confiança.

Obrigada a todos!

## RESUMO

Este trabalho visa discutir as transformações sociais, econômicas e políticas decorrentes da criação do assentamento rural Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo, situado na mesorregião da Mata Paraibana, região onde tradicionalmente predomina a produção da monocultura canavieira e, por conseguinte os grandes latifúndios. A mesorregião da Mata Paraibana sempre apresentou os maiores índices de concentração de terras do Estado da Paraíba, chegando a possuir o índice de Gini superior a 0,9 em alguns municípios, a exemplo de Cruz do Espírito Santo. Consideramos que os assentamentos rurais proporcionam uma reorganização fundiária, podendo promover alterações na organização social, econômica e política de um município ou mesmo de uma região, podendo repercutir sobre a dinâmica do comércio local e regional. Assim, os projetos de assentamentos fazem emergir novas sociabilidades e novas formas de inserção econômica e política de grupos sociais oriundos, na sua maioria, da luta pela terra. Essas transformações decorrentes da criação de assentamentos rurais são entendidas neste trabalho como impactos territoriais. Desse modo pretendemos desvendar a potencialidade de transformação do assentamento Dona Helena no município em que se inseriu na perspectiva de que essas transformações incidem tanto na vida das famílias assentadas como no entorno do assentamento.

**Palavras chaves:** Impactos territoriais, assentamentos rurais, assentamento Dona Helena.

## ABSTRACT

This study aims to discuss about the social, economic and political transformations arising from the creation of the Dona Helena rural settlement, located in Cruz do Espírito Santo (Paraíba), which is located in the mesoregion of Zona da Mata, a region where traditionally predominate a monocultivated production of sugarcane and therefore the large estates. Mesoregion of Zona da Mata always presented the highest rates of concentration of land in the state of Paraíba, reaching the Gini coefficient greater than 0.9 in some municipalities, as an example, Cruz do Espírito Santo. We believe that the rural settlements provide a reorganization of land and it's also be able to promote changes in social, economic and political organization of a municipality or a region, which may reflect on the dynamics of local and regional commerce. So, the settlement projects are responsible for new social arrangements and new forms of economic and political integration of social groups. These changes resulting from the creation of rural settlements are understood in this study as territorial impacts. Thus we intend to uncover the potentiality of transformation of the Dona Helena settlement in the municipality in which it is, in the expectation of those changes affect both, the lives of families settled and the areas around the settlement.

**Keywords:** Territorial impacts, rural settlements, Dona Helena settlement.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Estrutura Fundiária do município de Cruz do Espírito Santo - 1995 .....	30
Tabela 2: Estrutura fundiária do município de Cruz do Espírito Santo – 2006.....	31
Tabela 3: Lavouras Temporárias do município de Cruz do Espírito Santo .....	32
Tabela 4: Lavouras permanentes do município de Cruz do Espírito Santo .....	33
Tabela 5: Renda Familiar Mínima, Média e Máxima das famílias em período anterior ao assentamento .....	59
Tabela 6: Renda Familiar Mínima, Média e Máxima das famílias assentadas .....	60

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Brasil - Número de Assentamentos Rurais - 1979-2012 .....	19
Quadro 2: Brasil - Número de ocupações e de famílias por Estado e Macrorregião .....	22
Quadro 3: Assentamentos rurais de Cruz do Espírito Santo.....	27

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Brasil - Geografia dos assentamentos Rurais - 1979-2012 .....	20
Mapa 2: Brasil - Geografia das Ocupações de terra - 1988-2012.....	23
Mapa 3: Localização do Município de Cruz do Espírito Santo .....	26
Mapa 4: Localização do Assentamento Dona Helena .....	38



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil - Percentual de assentamentos por Região – 1979-2012 .....	21
Gráfico 2: Percentual de assentamentos por estados do Nordeste .....	21
Gráfico 3: Evolução populacional .....	28
Gráfico 4: População de Cruz do Espírito Santo .....	29
Gráfico 5: Escolaridade dos responsáveis pelos lotes .....	43
Gráfico 6: Origem dos assentados .....	44
Gráfico 7: Produção de cana no PA Dona Helena .....	57
Gráfico 8: Percepção dos camponeses entrevistados sobre suas condições de vida, antes e depois do assentamento (em %) .....	62
Gráfico 9: Integração do assentamento no Município .....	65

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena .....	40
Figura 2: Escola do Assentamento .....	45
Figura 3: Carro pipa abastecendo cisterna no PA Dona Helena .....	46
Figura 4: Sede da Associação do Assentamento .....	48
Figura 5: Assembleia realizada no Prédio do CRF .....	48
Figura 6: Cultivo de Feijão .....	51
Figura 7: Plantio de abacaxi .....	51
Figura 8: Mandala .....	52
Figura 9: Tanque de irrigação no centro da Mandala .....	52
Figura 10: Feira Agroecológica da UFPB .....	54
Figura 11: Feira do Agricultor .....	54
Figura 12: Criação de aves .....	55
Figura 13: Residência de assentado construída em alvenaria .....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AESA</b>	Agência de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
<b>AGROPAR</b>	Empresa Agropecuária Vale do Paraíba
<b>ATES</b>	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
<b>ATRADH</b>	Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CPRM</b>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CRF</b>	Centro Rural de Formação
<b>DATALUTA</b>	Banco de Dados da Luta pela Terra
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FUNASA</b>	Fundação Nacional de Saúde
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MST</b>	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PAM</b>	Produção Agrícola Municipal
<b>PNHR</b>	Programa Nacional de Habitação Rural
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PROÁLCOOL</b>	Programa do Açúcar e do Alcool
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1- A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A ORIGEM DOS ASSENTAMENTOS .....</b>	<b>17</b>
1.1 A grande propriedade e as desigualdades no campo .....	17
1.2 Origem dos assentamentos rurais de reforma agrária .....	18
<b>CAPÍTULO 2 - NOVOS TERRITÓRIOS EM CRUZ DO ESPÍRITO SANTO .....</b>	<b>26</b>
2.1 Assentamentos Rurais.....	27
2.2 Dimensões Demográficas .....	28
2.3 Estrutura Fundiária .....	30
2.4 Produção Agrícola Municipal.....	32
2.5 Da luta pela terra à formação territorial do Assentamento Dona Helena .....	34
2.6 Caracterização do PA Dona Helena .....	38
<b>CAPÍTULO 3 - IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA .....</b>	<b>42</b>
3.1 Famílias assentadas.....	42
3.2 Infraestrutura social .....	44
3.3 Organização interna do Assentamento .....	47
3.4 Produção e comercialização do Assentamento Dona Helena .....	51
3.4.1 Para além dos impactos: produção de cana no assentamento .....	56
3.5 Renda dos assentados .....	59
3.6 Condições de vida .....	61
3.7 Integração do assentamento com o município de Cruz do Espírito Santo .....	64
3.8 Participação política.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>74</b>
APÊNDICE A Entrevista realizada com os assentados do PA Dona Helena .....	74
APÊNDICE B Entrevista realizada com os moradores de Cruz do Espírito Santo .....	79
APÊNDICE C Entrevista realizada com comerciantes de Cruz do Espírito Santo .....	80
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>
ANEXO A Decreto de Desapropriação .....	81
ANEXO B Portaria INCRA .....	82
ANEXO C Recibo de Pagamento do Projeto do PAA/CPR.....	83
ANEXO D Solicitação da ATRADH para substituição de produtos do PAA .....	84

## INTRODUÇÃO

A questão agrária na Paraíba é uma herança da colonização portuguesa, caracterizada pelo confronto e extermínio de grupos indígenas, pela exploração do trabalho escravo, pela grande propriedade rural e pela produção de açúcar para exportação. Desta forma a atual organização agrária é resultado de um longo processo histórico que se consolidou em torno do monopólio da terra, da exploração do trabalho e também da produção para exportação.

Na década de 1990, mudanças importantes aconteceram e refletiram diretamente no quadro agrário paraibano. Essas mudanças promoveram uma reorganização fundiária no Estado da Paraíba, com a desapropriação de grandes latifúndios e a criação de assentamentos rurais. Essa pesquisa direcionou-se na busca de conhecimentos acerca do processo de realização e materialização da reforma agrária, sendo que esse processo só pode ser compreendido levando em consideração os fatos e eventos que envolvem a *questão agrária*.

A hipótese central deste trabalho é de que os assentamentos rurais proporcionam um impacto territorial em seu entorno. Entendendo a noção de impacto territorial como transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e de estrutura fundiária nas áreas de assentamento e no entorno destes.

Na tentativa de romper com alguns estudos que enfatizam a ideia de que os assentamentos rurais são experiências fracassadas e marcadas por inúmeros insucessos, buscamos desmistificar essa visão, destacando as suas potencialidades e a necessidade de se redefinir as políticas públicas voltadas para o meio rural paraibano e brasileiro. O fato é de que os assentamentos rurais representam a atuação do próprio Estado, assim ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Como lembra Leite et al (2004, p.65) “queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho de um Estado”.

Embora já exista uma significativa quantidade de estudos sobre assentamentos rurais na Paraíba, este trabalho tem como objetivo tentar dimensionar o impacto territorial proporcionado pelo Projeto de Assentamento (PA) Dona Helena no município em que se insere. Com isso, espera-se levantar e discutir informações que sustentem a hipótese de que o assentamento rural proporciona um impacto territorial em seu entorno, contribuindo assim, com a produção de conhecimento sobre essa realidade recente no campo brasileiro e paraibano e como subsídio para futuras investigações sobre o assentamento em questão e sobre a temática de estudo. Além disso, o PA Dona Helena é um assentamento consolidado no

processo de luta por reforma agrária e faz parte da história recente das lutas sociais no espaço rural paraibano.

Diante das observações acima procuramos desvendar neste trabalho a potencialidade de transformação desse assentamento no território em que se inseriu e a repercussão das modificações no seu entorno. De acordo com Di Lorenzo (2007) se faz necessário analisar as relações que se estabelecem no interior do assentamento, e que se estendem do campo à cidade, pois o recorte espacial representado pelo assentamento não representa o desligamento do mesmo com as demais relações, ou melhor, com o meio externo à área deste.

Abordaremos esta perspectiva de transformações a partir do aumento populacional, da educação, da geração de novos empregos, do plano político, da estrutura fundiária local, da produção agropecuária municipal, do comércio local/regional, além dos níveis de organização dos camponeses, entre outros aspectos.

Para tanto consideramos como objetivos específicos: a) Expor a atual conjuntura agrária brasileira; b) Levantar informações históricas sobre o processo de assentamento das famílias (conflitos, fracionamento da área, projetos, etc.) no PA Dona Helena; c) Levantar informações sobre a produção e comercialização do Assentamento Dona Helena; d) Evidenciar prováveis impactos territoriais no município onde se localiza o projeto de assentamento.

O referencial teórico tem por base os estudos realizados por LEITE ET AL (2004) e MEDEIROS & LEITE (2004) que abordam os impactos dos assentamentos, e analisa como os mesmos podem promover alterações na estrutura fundiária, na economia e na política dos municípios em que se inserem; SILVA & MITIDIEIRO (2010), e outros.

O trabalho realizado busca referendar uma noção teórica ainda em construção nas ciências humanas, que é a ideia de *impacto territorial*<sup>1</sup>. Esta ideia objetiva compreender as diferentes dimensões sociais e territoriais resultantes da alteração da estrutura fundiária em municípios onde ocorreu a luta pela terra organizada por movimentos sociais, uma vez que os assentamentos rurais de reforma agrária transformam o lugar insólito, sem vida (vazio demográfico) e improdutivo representado pelo latifúndio em lugar com vida e produtivo representado pelo assentamento. Isto é, da paisagem vazia, do horizonte desocupado, geralmente repleto de pasto e capim do latifúndio ao assentamento, lugar onde ocorre o parcelamento da terra; construção de novas estradas; edificação de casas e outros

---

<sup>1</sup> Leite, 2004.

estabelecimentos para uso social comum como escolas, postos de saúde, campos de futebol e igrejas; captação de água; extensão da rede de eletrificação rural; a construção de cercas, estábulos, paióis e currais; o plantio das roças e a criação de animais e aumento populacional. Ainda, a criação de novas relações sociais, uma nova circulação comercial, a redefinição de relações políticas no município (por exemplo, o aumento dos eleitores por município), mudanças territoriais político-administrativas como a criação de distritos ou desmembramento de municípios, etc., causando um impacto territorial.

Sobre esse aspecto, Gehlen (2004, apud PAIM & DALL'IGNA, 2009, p.09), afirmam que:

A reforma agrária, por essência, é política pública com forte impacto social, sem diminuir os argumentos econômicos de aumentar a produção e de inclusão de parcela da população no circuito do mercado e produtores e de consumidores. [...] O desenvolvimento local e regional sofre impacto positivo e diversificado com essa política. [...] Nesta perspectiva do desenvolvimento econômico combinado com a diminuição da pobreza pela oferta de postos de trabalho e pela dinamização do desenvolvimento local, a reforma agrária é legitimada porque responde aos interesses gerais, não apenas dos assentados.

É a partir da criação dos assentamentos que a maioria de trabalhadores rurais sem terra tem a oportunidade de recomeçar suas vidas, realizarem sonhos antes idealizados, pois o mesmo representa o início de novas lutas e conquistas, e também a abertura de novas possibilidades de trabalho. Dessa forma as alterações promovidas com a criação de assentamentos rurais além de gerar novos desafios aos assentados que estão por reconstruir suas vidas dentro de um novo espaço, ainda pode provocar modificações no seu entorno.

Essas mudanças podem ser classificadas como impactos internos e externos. Para Silva e Mitidiero (2010) podemos tentar identificar os impactos que estão ligados diretamente aos assentados e os que estão envolvidos em níveis mais abrangentes, como por exemplo, no debate político do município ou região do assentamento:

é inegável a existência dos impactos, e que estes se refletem em “impactos internos”, que são os relacionados à própria mudança na vida dos assentados como, por exemplo, o incentivo a educação dentro do assentamento, as atividades econômicas, o caráter organizacional, como também, os impactos externos que são sentidos pela sociedade ao redor, já que atuação dos assentados não se restringe apenas ao próprio assentamento (SILVA & MITIDIERO, 2010, p. 10).

De acordo com Leite et al (2004, p. 32) “estas duas dimensões encontram-se interligadas, e analisar o impacto “externo”, exige anteriormente uma observação sobre o que acontece internamente nos assentamentos”.

Leite et al (2004)aponta que os impactos externos promovidos com a criação dos assentamentos passam a ser discutidos a partir de meados da década de 1990:

quando nos voltamos para a literatura sobre assentamentos rurais no brasil, vemos que, embora a maioria das pesquisas tenha seu foco voltado para os efeitos sobre os beneficiários da reforma agrária (o que chamamos aqui de “impactos internos”), algumas análises apontam também para os efeitos “externos” provocados pelos assentamentos. A menção aos efeitos “externos” dos assentamentos vai se dar a partir de meados da década de 1990, quando já existia um número significativo de assentamentos, e sua presença começa apontar para algumas questões candentes, tanto no debate político, como nas discussões acadêmicas (LEITE ET AL, 2004, p. 22).

Para esta análise, utilizamos como referência o assentamento Dona Helena. O mesmo pode ser entendido como um novo território, uma vez que é produto de sujeitos sociais, que conduzem e são responsáveis por uma nova realidade, por novas relações de poder.

O território pode ser compreendido através do exercício de poder seja ele público, estatal, ou de empresas, não estando restrito as fronteiras políticas, portanto o território se distingue pelas relações de poder, para Andrade(1995, p. 19) “deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

No entanto, entendemos que o espaço é anterior ao território e que, portanto, o território se forma a partir do espaço, é o resultado das ações desses sujeitos. Partindo dessa compreensão teórica para pensar o tema escolhido para essa pesquisa, reconhecemos que os camponeses do PA Dona Helena constroem esse novo território, com isso daremos ênfase no sujeito social que constrói o assentamento.Com isso, nos apoiamos em Raffestin (1993, apud LIMA, 2010, p. 46):“será fácil compreender porque colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder”.

Para realização da pesquisa utilizamos coleta de dadosdo tipo qualitativa e quantitativa, além de coletar as informações da realidade social estudada (trajetória de vida e situação atual dos camponeses, valorizando as fontes orais e os registros), apresentaremos tabelas, quadros e gráficos para facilitar a compreensão dos dados obtidos (renda dos camponeses, poder de compra, melhoria de vida e etc.).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram em pesquisa e análise bibliográfica, a partir das leituras e fichamentos dos textos; em coleta de dados secundários no Banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)o qual fundamentou a



nossa análise acerca da Produção Agrícola Municipal (PAM) e sobre a estrutura fundiária com dados do Censo Agropecuário (2006), e também com o censo demográfico e outros; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) buscamos documentos acerca da implantação do Projeto de Assentamento (PA), bem como a atualização das informações acerca dos assentamentos no município.

A Pesquisa empírica foi realizada no Assentamento Dona Helena a partir da elaboração e aplicação de questionários estruturados, que abordaram questões como: a produção no assentamento, a renda dos assentados, os diferentes serviços oferecidos no assentamento como educação, saúde e transporte, entre outros. Foram aplicados 11 questionários, correspondendo a um percentual de 10% do total de famílias assentadas. Ainda aplicamos 11 questionários com os moradores e 4 questionários com comerciantes do município de Cruz do Espírito Santo. Flexibilizamos as entrevistas com conversas mais abertas, não nos restringimos apenas aos questionários elaborados, valorizamos a participação de todos aqueles que se dirigiam e se propunham a dar sua contribuição no trabalho.

Também recorremos à Secretaria Municipal de Educação e Ação Social, onde buscamos informações sobre o número de alunos assentados e de profissionais da educação que atuam nas áreas de assentamentos do município. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram um gravador do tipo MP3, máquina fotográfica e questionários para realização das entrevistas. Após a aplicação dos questionários foi feita a tabulação e análise dos dados obtidos e a sistematização dos dados quantitativos (tabelas, gráficos, quadros) no software Excel.

## **CAPÍTULO 1- A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A ORIGEM DOS ASSENTAMENTOS**

O processo que culminou na alta concentração de terras no Brasil tem suas raízes desde os primórdios da colonização portuguesa. Inicialmente com o sistema das capitanias hereditárias e seus donatários para a ocupação da nova colônia e depois com as sesmarias. Este processo gerou uma grande desigualdade no campo, dando origem a inúmeros latifúndios no país.

### **1.1 A grande propriedade e as desigualdades no campo**

De acordo com Germani (2006), no período entre (1822-1850) com a independência do Brasil e com o fim do tráfico negreiro, a ocupação era permitida nas terras desocupadas, denominada como regime das “posses”. Nesse regime as terras concedidas eram áreas de pequena extensão, mas com o fim do regime das Sesmarias as terras concedidas eram cada vez maiores, originando os latifúndios. Segundo Oliveira (2005, p. 481) “os governantes, trataram de abrir a possibilidade de através da ‘posse’, legalizar grandes extensões de terras”.

Em 1850, quando foi aprovada a Lei de Terras, que aboliu formalmente o regime de sesmarias, a terra torna-se uma Propriedade privada. Foi estabelecido que o acesso à terra só seria possível mediante compra, o que vedava o acesso à terra aqueles que não dispusessem de renda, excluindo, por exemplo, trabalhadores rurais pobres, ex-escravos e índios.

Com a Proclamação da República o quadro de extrema concentração do sistema fundiário já existia, herança trazida desde a colonização portuguesa. Nessa época tentou-se fazer algumas modificações que proporcionassem melhorias na vida econômica e política do país, por meio da industrialização, mas isso não ocorreu, pois os grandes proprietários de terras tinham o controle econômico e político dos novos estados estabelecidos pela República.

Até 1954 os conflitos existentes no campo caracterizavam-se como conflitos isolados. Foi a partir desse período que as manifestações ressurgem no campo com o movimento denominado de Ligas Camponesas<sup>2</sup>, conforme Bergamasco e Norder (1996, p. 13):

---

<sup>2</sup>Memorial das Ligas Camponesas - As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

impulsionada pela eclosão de novos conflitos sociais no campo, dentre os quais a luta de assalariados por melhores salários e por direitos trabalhistas, a resistência de posseiros, arrendatários e foreiros contra a expropriação das terras que vinham ocupando, ou ainda as lutas contra o aumento de taxas de arrendamento.

Em 1964, na Ditadura Militar houve grande repressão dos movimentos sociais no Campo. O Estatuto da Terra criado em 1964, parecia resolver o problema, mas isso não aconteceu, pois prevaleceram os interesses de uma pequena classe. Segundo Leite et al (2004, p. 38) “durante o regime militar prevaleceu inequivocamente, a vertente do ‘desenvolvimento agrícola’ em detrimento da ‘reforma agrária’ do estatuto”.

Os problemas no campo brasileiro arrastam-se ao longo da história. A grande propriedade oferece no Brasil considerável resistência ao fracionamento (PRADO JR. 1981, p. 74). Na compreensão dessas questões, a estrutura fundiária brasileira certamente justifica que a questão agrária é uma herança colonial, que se caracteriza por um longo processo de incorporação de novos territórios obtidos das mais diversas formas, e que se reflete no traço essencial da estrutura fundiária brasileira, “o caráter concentrador da propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2005, p.482).

## **1.2 Origem dos assentamentos rurais de reforma agrária**

No fim da década de 1950 e início de 1960 são criados os primeiros assentamentos no Brasil, quando começam a surgir políticas fundiárias em resposta aos conflitos e as pressões no campo, devido às expulsões da população rural em larga escala para as cidades. Segundo Bergamasco e Norder (1996) o termo assentamento aparece pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária na Venezuela em 1960, e se difundiu para outros países do mundo.

Os assentamentos rurais de reforma agrária representam primeiramente a formação de pequenas unidades camponesas, que além de fortalecer a agricultura camponesa provocam uma reorganização territorial, beneficiando trabalhadores rurais sem terra. Conforme Bergamasco e Norder (1996, p. 07):

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

O assentamento pode fixar o camponês na terra, através de atividades agropecuárias, e isso “envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária” (BERGAMASCO & NORDER, 1996, p.08).

No Brasil existem 933.836 famílias assentadas, distribuídas em 9.070 assentamentos, ocupando uma área de 81.781.828 hectares (quadro 1):

**Quadro 1: Brasil -Número de Assentamentos Rurais - 1979-2012**

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
<b>NORTE</b>	<b>2.079</b>	<b>22,9</b>	<b>404.242</b>	<b>43,3</b>	<b>61.232.525</b>	<b>74,9</b>
AC	154	1,7	26.405	2,8	5.182.332	6,3
AM	142	1,6	54.114	5,8	27.682.400	33,8
AP	40	0,4	13.477	1,4	2.173.324	2,7
PA	1.096	12,1	233.690	25,0	19.883.024	24,3
RO	201	2,2	36.119	3,9	3.615.241	4,4
RR	66	0,7	16.364	1,8	1.443.953	1,8
TO	380	4,2	24.073	2,6	1.252.251	1,5
<b>NORDESTE</b>	<b>4.123</b>	<b>45,5</b>	<b>310.332</b>	<b>33,2</b>	<b>10.194.484</b>	<b>12,5</b>
AL	173	1,9	12.759	1,4	111.448	0,1
BA	670	7,4	43.989	4,7	1.993.070	2,4
CE	441	4,9	22.466	2,4	901.217	1,1
MA	958	10,6	122.852	13,2	4.273.323	5,2
PB	299	3,3	14.341	1,5	282.300	0,3
PE	577	6,4	32.747	3,5	544.094	0,7
PI	499	5,5	31.438	3,4	1.392.754	1,7
RN	293	3,2	20.051	2,1	515.473	0,6
SE	213	2,3	9.709	1,0	180.805	0,2
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.237</b>	<b>13,6</b>	<b>137.636</b>	<b>14,7</b>	<b>8.053.941</b>	<b>9,8</b>
DF	13	0,1	757	0,1	5.889	0,0
GO	441	4,9	22.697	2,4	1.056.045	1,3
MS	205	2,3	28.562	3,1	715.642	0,9
MT	578	6,4	85.620	9,2	6.276.385	7,7
<b>SUDESTE</b>	<b>815</b>	<b>9,0</b>	<b>45.412</b>	<b>4,9</b>	<b>1.486.148</b>	<b>1,8</b>
ES	94	1,0	4.223	0,5	51.894	0,1
MG	397	4,4	19.594	2,1	1.028.388	1,3
RJ	67	0,7	5.205	0,6	71.441	0,1
SP	257	2,8	16.390	1,8	334.425	0,4
<b>SUL</b>	<b>816</b>	<b>9,0</b>	<b>36.214</b>	<b>3,9</b>	<b>814.730</b>	<b>1,0</b>
PR	320	3,5	18.286	2,0	420.947	0,5
RS	336	3,7	12.551	1,3	289.824	0,4
SC	160	1,8	5.377	0,6	103.959	0,1
<b>BRASIL</b>	<b>9.070</b>	<b>100,0</b>	<b>933.836</b>	<b>100,0</b>	<b>81.781.828</b>	<b>100,0</b>

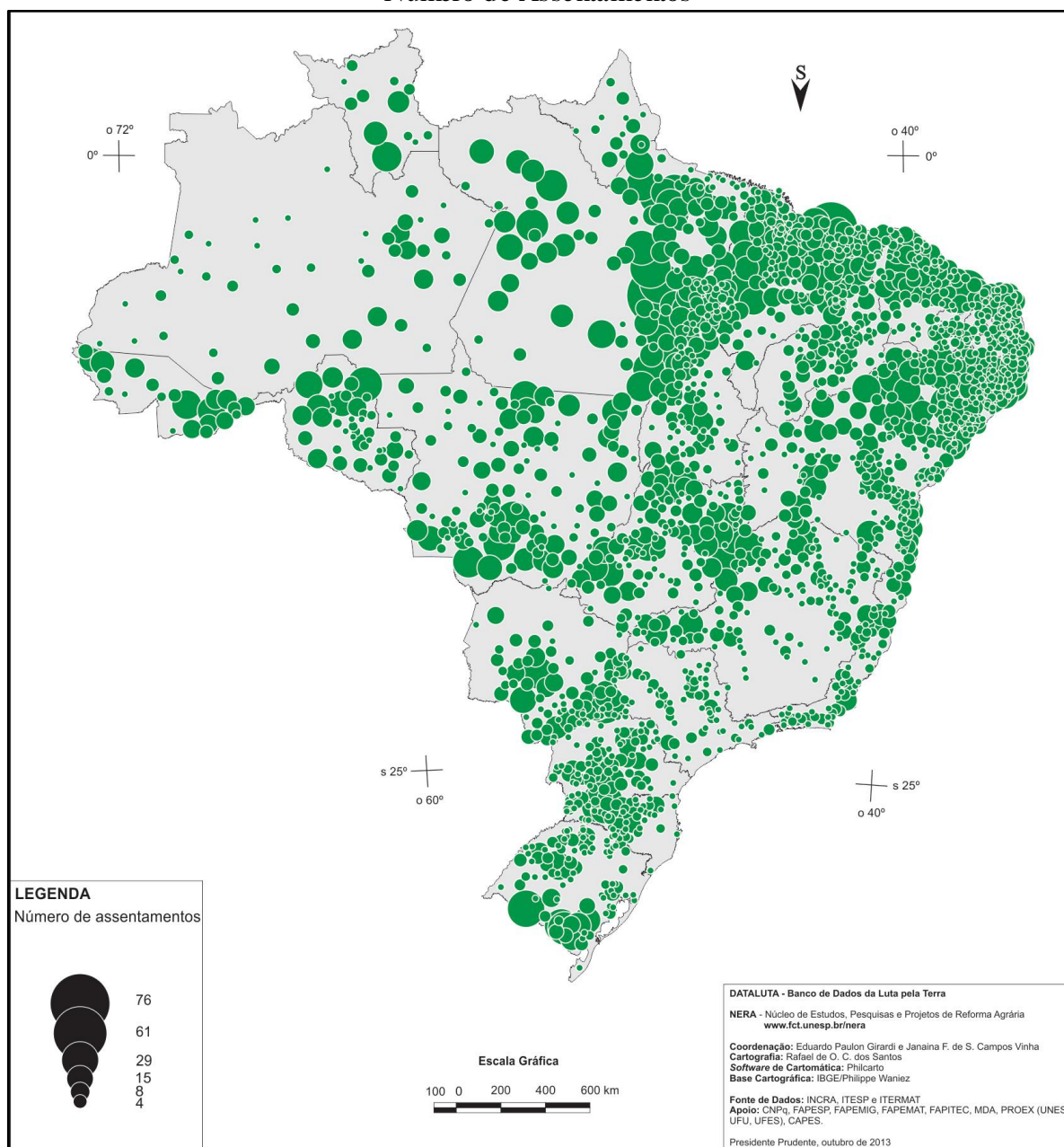
**Fonte:**DATALUTA –Banco de Dados da Luta pela Terra.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra.

DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP

No quadro 1 podemos observar que o Nordeste é a região que possui o maior número de assentamento no país, mas é a região Norte que abrange a maior área em assentamentos rurais, com uma área seis vezes maior que os PAs do Nordeste. No mapa 1 visualizamos a distribuição dos assentamentos:

**Mapa 1: Brasil - Geografia dos assentamentos Rurais - 1979-2012**  
**Número de Assentamentos**

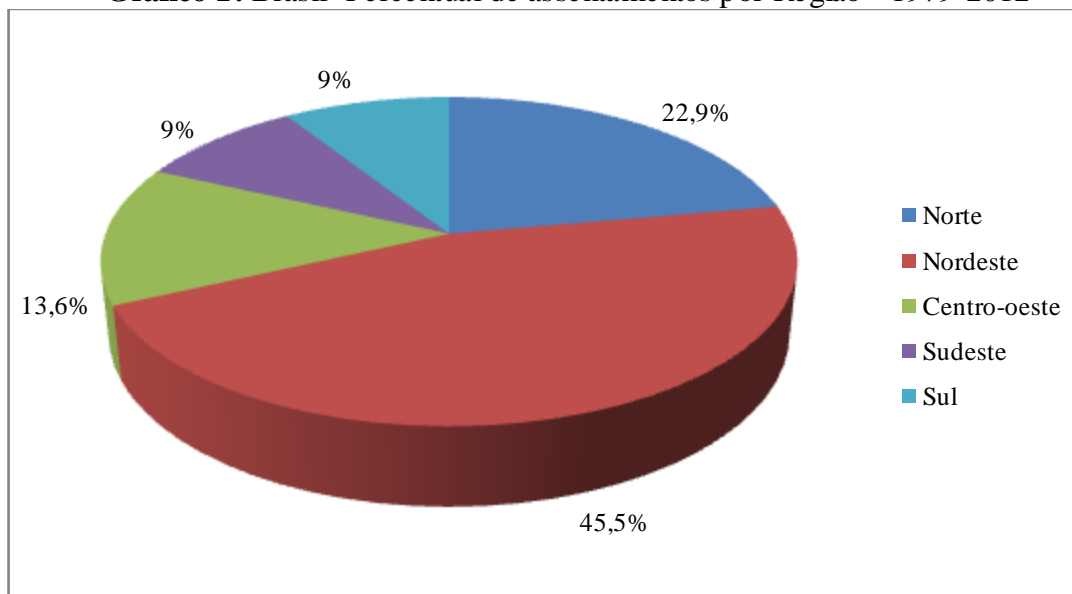


**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra.

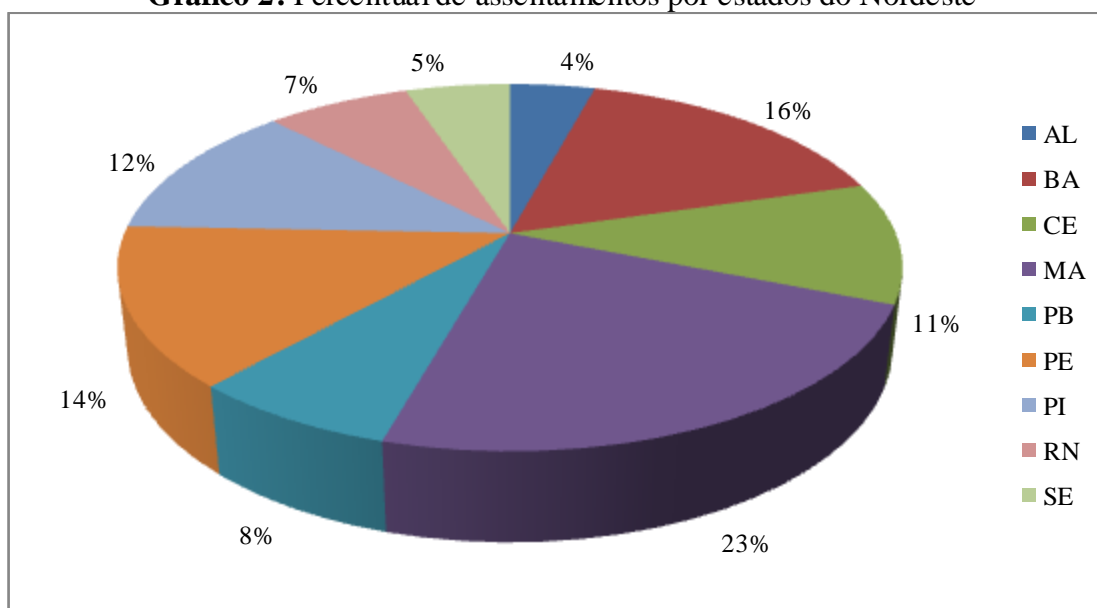
DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP

No gráfico 1 podemos visualizar melhor como os assentamentos encontram-se distribuídos nas cinco regiões brasileiras:

**Gráfico 1:** Brasil- Percentual de assentamentos por Região - 1979-2012

**Fonte:** DATALUTA – Bancode Dados da Luta pela Terra  
 NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra.  
 DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP  
 Elaboração da autora.

Conforme o gráfico acima se evidencia o grande número de assentamentos presentes da região Nordeste, representando quase a metade do total de PAs implantados no Brasil até 2012. Na sequência é apresentada a distribuição dos assentamentos por estados dessa região (gráfico 2):

**Gráfico 2:** Percentual de assentamentos por estados do Nordeste

**Fonte:** DATALUTA – Bancode Dados da Luta pela Terra  
 NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra.  
 DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP  
 Elaboração da autora.

O Estado da Paraíba, de acordo com o gráfico 2, ocupa o sexto lugar em número de assentamentos com 8% do total, o que representa 299 assentamentos implantados. O Maranhão é o estado com o maior número de assentamentos da região NE com 958, isto é, com 23% do total dos assentamentos criados na região. Seguido da Bahia com 16%, ou seja, 670 assentamentos, Pernambuco com 14%, isto é, 577 PAs, Piauí com 12%, o que representa 499 assentamentos e Ceará com 11%, isto é, 441 assentamentos implantados em seu território.

Um ponto de partida importante para entendermos a constituição dos assentamentos rurais no Brasil, é sua origem, pois não está ligada a uma política de desenvolvimento que vise atender a demanda de trabalhadores rurais sem terra, mas está ligada diretamente a medidas pontuais que buscam conter os conflitos sociais no campo.

De acordo com o quadro 2 observamos que a região Nordeste apresenta o maior número de ocupações do país, com 3.352 ocupações, isto é, 38,14% do total, bem como é a região com o maior número de assentamentos conforme o quadro 1.

**Quadro 2:** Brasil -Número de ocupações e de famílias por Estado e Macrorregião - 1988-2012

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
<b>NORTE</b>	<b>817</b>	<b>9,30</b>	<b>109.900</b>	<b>9,00</b>
AC	24	0,27	2.246	0,18
AM	11	0,13	2.886	0,24
AP	2	0,02	120	0,01
PA	548	6,24	83.005	6,79
RO	119	1,35	14.368	1,18
RR	12	0,14	1.471	0,12
TO	101	0,14	5.804	0,48
<b>NORDESTE</b>	<b>3.352</b>	<b>38,14</b>	<b>448.314</b>	<b>36,70</b>
AL	580	6,60	66.315	5,43
BA	676	7,69	107.263	8,78
CE	115	1,31	13.364	1,09
MA	115	1,31	18.798	1,54
PB	198	2,25	20.567	1,68
PE	1.302	14,81	167.675	13,73
PI	77	0,88	9.696	0,79
RN	131	1,49	16.867	1,38
SE	158	1,80	27.769	2,27
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.184</b>	<b>13,47</b>	<b>194.722</b>	<b>15,94</b>
DF	47	0,53	7.788	0,64
GO	417	4,74	56.952	4,66
MS	563	6,41	90.035	7,37
MT	157	1,79	39.947	3,27
<b>SUDESTE</b>	<b>2.334</b>	<b>26,56</b>	<b>295.242</b>	<b>24,17</b>
ES	101	1,15	13.155	1,08
MG	683	7,77	68.381	5,60
RJ	99	1,13	13.853	1,13
SP	1.451	16,51	199.853	16,36
<b>SUL</b>	<b>1.102</b>	<b>12,54</b>	<b>173.480</b>	<b>14,20</b>
PR	686	7,81	87.513	7,16
RS	234	2,66	61.644	5,05
SC	182	2,07	24.323	1,99
<b>BRASIL</b>	<b>8.789</b>	<b>100,00</b>	<b>1.221.658</b>	<b>100,00</b>

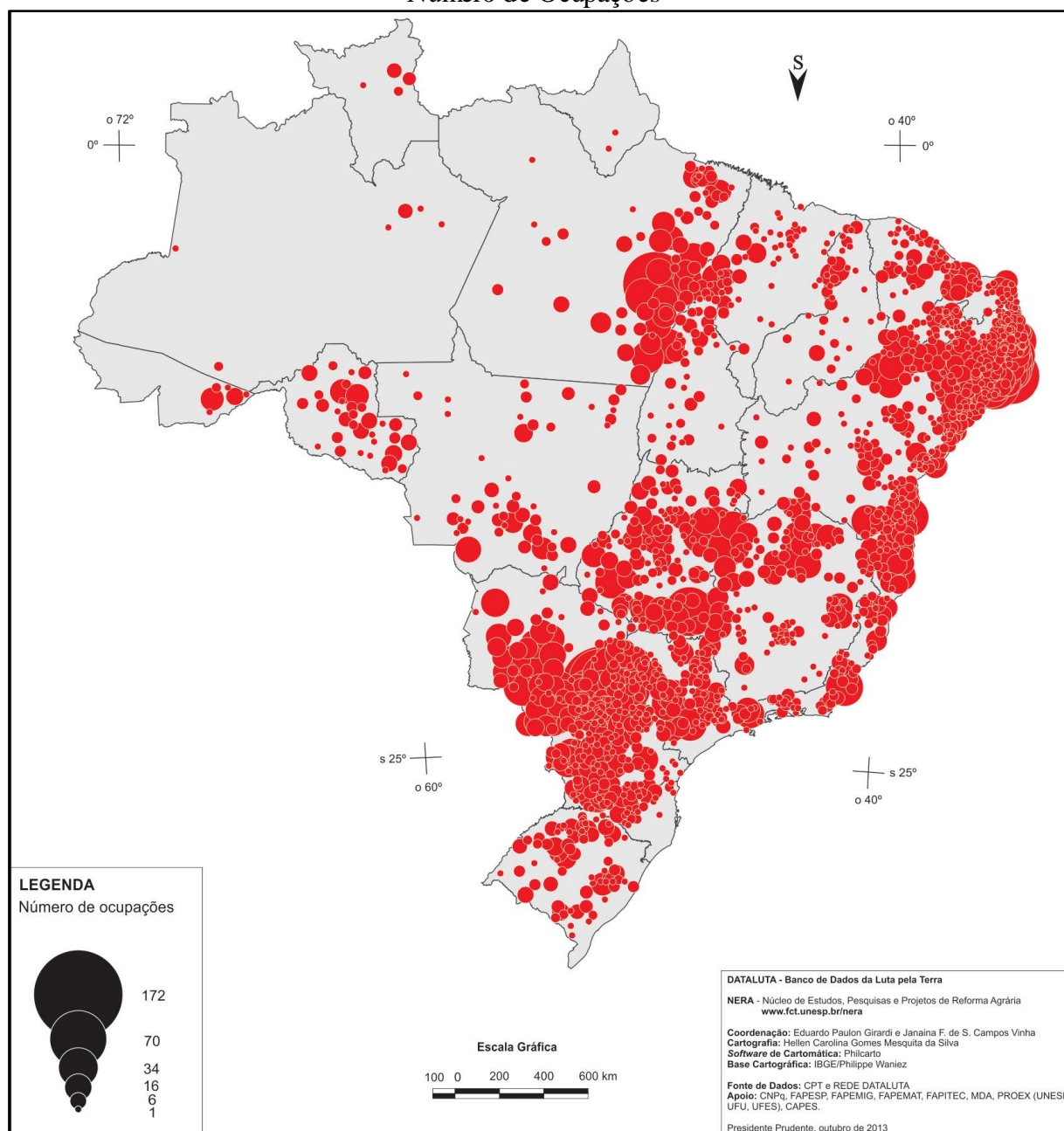
**Fonte:**DATALUTA – Bancode Dados da Luta pela Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra. DATA LUTA/NERA -FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP



São acentuados os casos dos assentamentos que nasceram de algum conflito em torno da terra. As ocupações e as manifestações exprimem a grande desigualdade existente no campo, as desapropriações ocorrem em sua maioria em resposta a pressão dos movimentos e não em virtude da realização da reforma agrária pelo Estado brasileiro. A distribuição das ocupações pode ser mais bem observada no mapa2, onde se evidencia a alta quantidade de ocupações da região Nordeste:

**Mapa 2:** Brasil - Geografia das Ocupações de terra - 1988-2012  
Número de Ocupações



**Fonte:** DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra  
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra.  
DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP – Presidente Prudente-SP



É notório que no Brasil a criação dos assentamentos está ligada a medidas que visem amenizar os conflitos, as ocupações no campo. Alguns movimentos como as Ligas Camponesas foram à expressão clara dessa bandeira de luta contra o capitalismo e a exploração, lutas travadas no campo por melhores salários, melhores condições de trabalho e pelo acesso à terra.

Mas, infelizmente a conquista da terra não representa necessariamente o acesso à infraestrutura e às condições produtivas necessárias aos assentados, o que provavelmente garantiria a eles de imediato condições de vida melhores que a anterior. A conquista da terra é também o início de novas lutas dentro do assentamento, por acesso aos créditos, à saúde, à educação, às condições produtivas necessárias, isto é, por condições sociais e econômicas mais favoráveis.

Diante destas circunstâncias observamos que o Estado brasileiro tem priorizado outras formas de desenvolvimento, em detrimento da reforma agrária, o que distancia cada vez mais transformações basilares no campo paraibano e brasileiro, uma vez que os maiores investimentos são direcionados a exploração da agricultura capitalista em grandes unidades de produção (notadamente conhecido como agronegócio), conforme Moreira (1997, p. 295):

o Estado brasileiro nunca se interessou em democratizar o acesso à terra. Ao contrário, através das políticas e programas agrícolas que desenvolve, vem contribuindo para viabilizar a dominação do capital no campo, abrindo os caminhos necessários para a exploração da agricultura de modo capitalista em grandes unidades de produção. O resultado disso é a expulsão/ expropriação maciça do produtor direto.

Dessa forma o Estado brasileiro ignora a urgência da realização da reforma agrária e deixa os camponeses à margem do crescimento e desenvolvimento econômico e social brasileiro e paraibano, de modo que em todo país a falta de compromisso do governo, se reflete nas ações articuladas pelos movimentos sociais a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o intuito de resolver a questão do acesso à terra para quem nela necessita trabalhar.

Vale destacar que o assentamento Dona Helena, objeto de estudo deste trabalho, representa uma particularidade na participação da CPT no Estado da Paraíba, pois a ocupação do imóvel Fazenda Engenho Novo foi a primeira organizada pela CPT na Paraíba.

Os problemas no campo brasileiro arrastam-se ao longo da história, e as políticas de todos os governos não deram importância à realização da reforma agrária, uma política

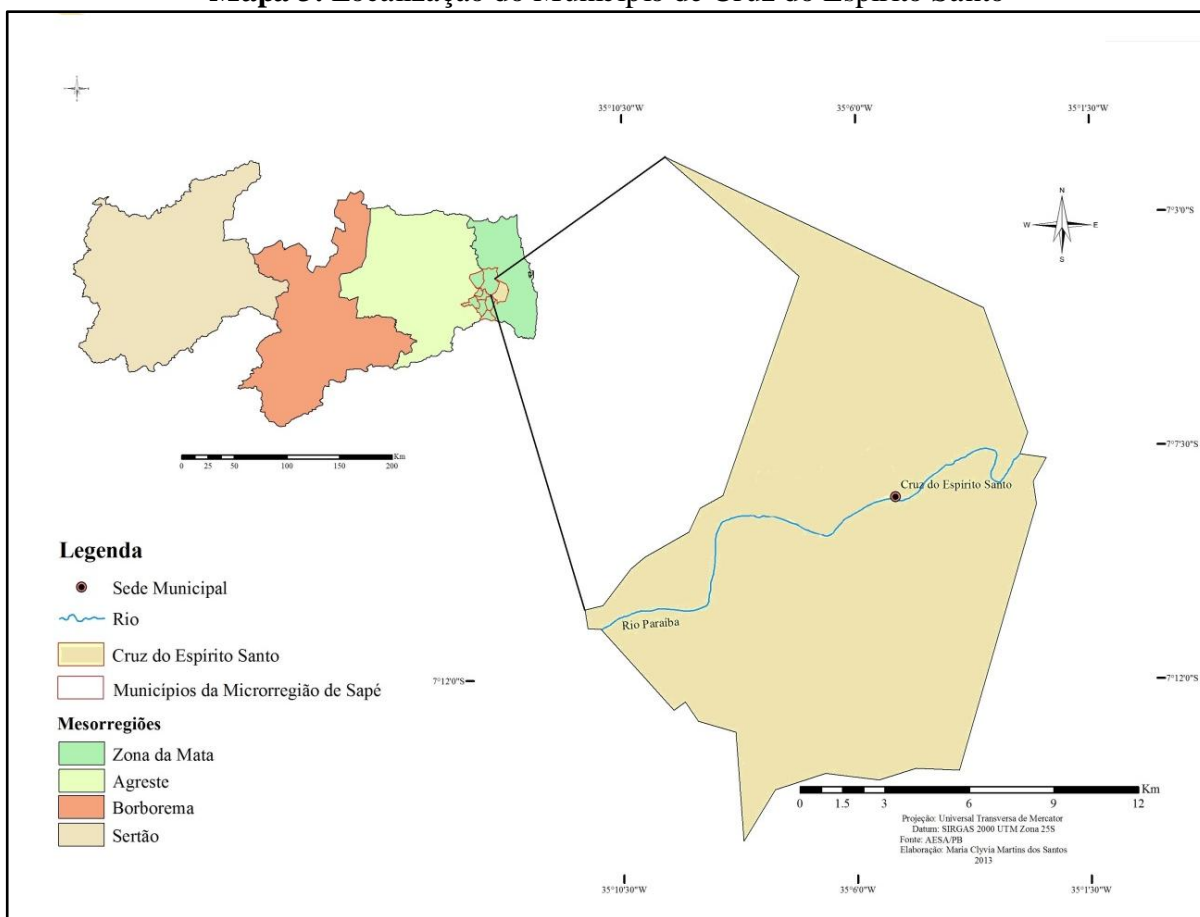
indiscutível, em um país como o Brasil que apresenta grande desigualdade na estrutura fundiária.

## CAPÍTULO 2 –NOVOS TERRITÓRIOS EM CRUZ DO ESPÍRITO SANTO

O município de Cruz do Espírito Santo encontra-se localizado na Microrregião de Sapé, situado na Zona da Mata Paraibana, como mostra o Mapa 3.

O município foi emancipado em 07 de março de 1896, e conta com uma população de 16.257 habitantes e uma área territorial de 195 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). E encontra-se a uma distância de aproximadamente 25 quilômetros (km) da capital paraibana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,552, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2010).

**Mapa 3:** Localização do Município de Cruz do Espírito Santo



**Fonte:** AESA-PB, 2013. Elaboração da autora.

O município de Cruz do Espírito Santo encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Baixo Paraíba.

De acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) os principais cursos d' água são: os rios Una e Paraíba, além dos riachos: Itanhém, Buchacha, das Palhas,

Obim, do Salão, Una, Negro, Sal Amargo e Açude Arrombado. E os principais corpos de acumulação são: as lagoas Capeba, Gameleira, Gorda, Puchi, Zumbi, Tressal e Salgada, além do açude Cafundó do Junco.

## 2.1 Assentamentos Rurais

O município de Cruz do Espírito Santo encontra-se inserido em uma região eminentemente rural, onde tradicionalmente predomina na paisagem a produção da monocultura canavieira, refletindo diretamente na organização do espaço agrário do município, que historicamente caracterizou-se por uma forte concentração fundiária, com o predomínio dos grandes latifúndios e dos canaviais.

De acordo com o INCRA (2014) existem nove assentamentos rurais no município, são eles: Engenho Santana, Campo de Sementes e Mudas, Massangana I, II e III, Dona Helena, Santana II, Corvoada I e Canudos. Vale destacar que todos os assentamentos do município foram efetivados com a intervenção do INCRA, decorrente do ato de desapropriação. E os nove assentamentos totalizam uma área de 6.147,01 hectares conforme explicita-se a seguir (quadro 3):

**Quadro 3:** Assentamentos rurais de Cruz do Espírito Santo

<b>Assentamentos</b>	<b>Área/ hectares</b>
Engenho Santana	370,60
Campos de Sementes e Mudas	207,00
Massangana I	983,73
Massangana II	1.325,68
Massangana III	796,12
Dona Helena	762,27
Santana II	370,00
Corvoada I	152,61
Canudos	1.179,00
<b>Total</b>	<b>6147,01</b>

**Fonte:** INCRA – PB, 2014. Elaboração da autora.

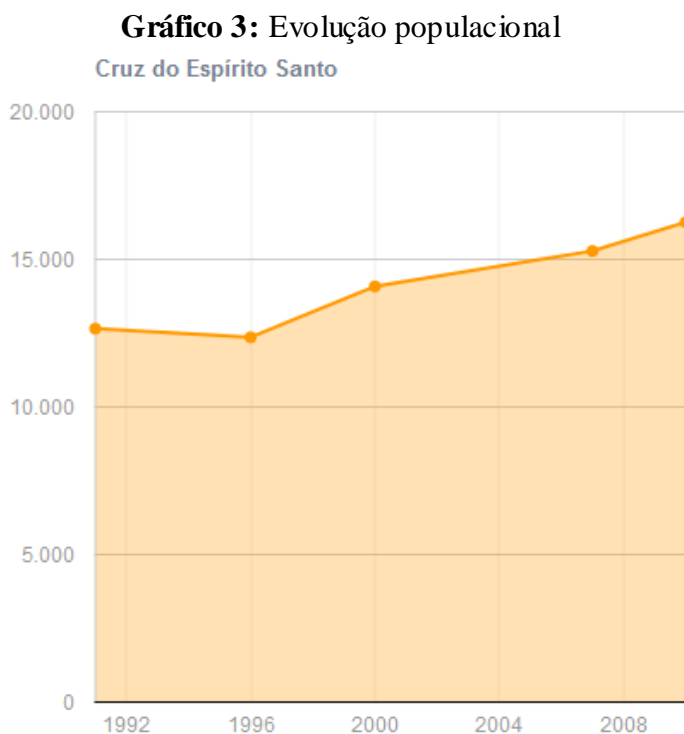
O surgimento desses assentamentos resultou das ocupações, resistência e luta dos trabalhadores rurais sem-terra como afirma Nogueira (2009, p. 214):

Os assentamentos em foco surgiram das ocupações, resistência e luta dos trabalhadores sem-terra nas propriedades do Engenho Novo, Engenho Santana, Usina São João e das fazendas Marau e Massangana, dando origem aos novos territórios de Reforma Agrária do município de Cruz do Espírito Santo. A destinação dessas áreas para fins de Reforma Agrária teve início no ano de 1995 com a conquista e imissão de posse do assentamento Engenho Santana (primeiro assentamento do município). Foi o assentamento Canudos como, até então, o último assentamento a ser conquistado no município, em 1998.

Fernandes (1996) aponta que a materialização dos assentamentos é proveniente da espacialização dos movimentos sociais de luta pela terra. Os novos territórios conquistados promovem transformações no local onde se inserem, novas relações se estabelecem, novas formas de produção, geração de trabalho e renda.

## 2.2 Dimensões Demográficas

De acordo com os dados do IBGE a população de Cruz do Espírito Santo era de 12.651 em 1992 e de 12.359 em 1996, ocorrendo assim uma diminuição da população municipal entre esses anos. Já em 2000 a população era de 14.081 habitantes, com um aumento de quase 2.000 habitantes em relação ao ano de 1996 (gráfico 3):



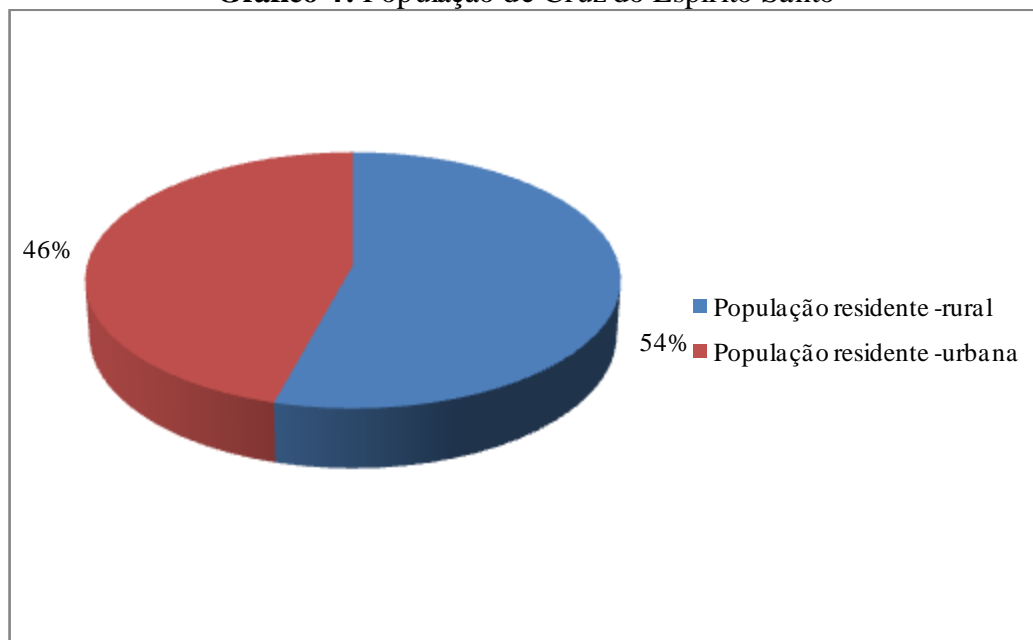
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

É importante frisar que as desapropriações para fins de reforma agrária no município se iniciaram em 1995, bem como a desapropriação do imóvel que culminou no Assentamento Dona Helena. Dessa forma a presença dos camponeses contribuiu significativamente para um crescimento da população do município que continua crescendo ao longo dos anos, diferente do período anterior em que a população regredia. De acordo com o Secretário Adjunto de Educação do município a criação dos assentamentos foi fundamental para que isso acontecesse:

Com a criação dos assentamentos houve um aumento nas áreas de plantio de agricultura familiar e direito de construir sua própria casa, contribuindo para o aumento da população do município que vinha diminuindo a cada censo realizado pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Estatística (Secretário Adjunto de Educação do município de Cruz do Espírito Santo, Pesquisa de Campo, 2013).

Como já mencionado sua população atual é de 16. 257 habitantes, sendo que 8.817, isto é, (54%) residem na zona rural, e 7.440 (46%) na zona urbana(gráfico 4).Considerando que existem 834 famílias assentadas, isto é, aproximadamente 4.170 pessoas, os assentados representam quase 50% da população rural do município.

**Gráfico 4:** População de Cruz do Espírito Santo



**Fonte:**IBGE, Censo Demográfico, 2010. Elaboração da autora.

Medeiros & Leite (2004) evidenciam o aumento populacional como um fator importante que pode ser atribuído a criação dos assentamentos, tendo em vista o crescimento

demográfico no município, podendo implicar, “em alguns casos, ampliação do mercado de trabalho e de consumo, gerando efeitos sobre a dinamização do comércio local, incrementos da arrecadação de impostos etc.”(MEDEIROS & LEITE, 2004, p. 31).

### 2.3 Estrutura Fundiária

A mesorregião da Mata Paraibana sempre apresentou os maiores índices de concentração de terras, chegando o índice de Gini a ser superior a 0,9 em alguns municípios a exemplo do município de Cruz do Espírito Santo. Segundo Targino e Moreira (2005, p. 04) de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996:

Embora a concentração fundiária seja uma marca da distribuição da propriedade da terra em todo o Estado, há algumas diferenciações espaciais importantes de sua incidência. Os mais altos índices são encontrados na mesorregião da Mata Paraibana, chegando o índice de Gini a ser superior a 0,9 em alguns municípios a exemplo de Cruz do Espírito Santo.

Na tabela 1 podemos verificar algumas disparidades em relação à distribuição de terras no município, e na tabela 2 observamos que ocorreram transformações importantes, alterando sua estrutura fundiária, e apresentando uma desconcentração da propriedade da terra.

**Tabela 1:** Estrutura Fundiária do município de Cruz do Espírito Santo - 1995

Grupos de área total (há)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (há)	%
<b>Menos de 10</b>	720	93,1	1.440	12,4
<b>De 10 a menos de 20</b>	25	3,2	291	2,5
<b>De 20 a menos de 50</b>	6	0,8	147	1,3
<b>De 50 a menos de 100</b>	5	0,7	300	2,6
<b>De 100 a menos de 200</b>	6	0,8	865	7,5
<b>De 200 a menos de 500</b>	3	0,4	970	8,4
<b>De 500 a mais de 1000</b>	8	1,0	7.564	65,3
<b>Total</b>	773	100,0	11.577	100,0

**Fonte:** IBGE, Censo agropecuário, 1995. Elaboração da autora.

Como pode ser observado na tabela 1, em 1995, os estabelecimentos<sup>3</sup> com menos de 100 hectares representavam 97,8% dos estabelecimentos agropecuários e se apropriavam de 18,8% das terras, enquanto os estabelecimentos maiores de 100 hectares representavam pouco mais de 2% do total dos estabelecimentos e detinham 81,2% das terras.

Outro extremo que pode ser observado é o fato de apenas 8 estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares se apropriarem sozinhos de 65,3% da área agrícola municipal (IBGE, 1995). Por sua vez, os menores estabelecimentos, com menos de 10 hectares que representavam 93,1% do total, ocupavam apenas 12,4% da área agrícola.

**Tabela 2:** Estrutura fundiária do município de Cruz do Espírito Santo – 2006

Grupos de área total (há)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (há)	%
Menos de 10	899	90,4	2.361	36,2
De 10 a menos de 20	42	4,2	481	7,4
De 20 a menos de 50	5	0,5	126	1,9
De 50 a menos de 100	47	4,7	2.740	42,0
De 100 a menos de 200	1	0,1	411	6,3
De 200 a menos de 500	-	0,0	-	0,0
De 500 a menos de 1000	1	0,1	411	6,3
<b>Total</b>	<b>995</b>	<b>100,00</b>	<b>6.530</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** IBGE, Censo agropecuário, 2006. Elaboração da autora.

Em 2006 os dados censitários apresentam um quadro de grandes alterações na distribuição de terras do município. De acordo com a tabela 2, alguns aspectos chamam a atenção quando comparados a 1995. Em primeiro lugar, o acréscimo do número de estabelecimentos agropecuários existentes no município: de 773 sobe para 995. Esse crescimento é mais significativo entre os estabelecimentos com menos de 10 hectares, justamente os mais numerosos: de 720 passam para 899.

Dos 995 estabelecimentos rurais recenseados, 99,8% possuem área inferior a 100 hectares, e ocupam 87,5% da área total das terras agrícolas. Enquanto que os estabelecimentos

<sup>3</sup> Tomando por base o estabelecimento e não o imóvel ou propriedade rural que no caso acentuaria a concentração, uma vez que uma propriedade pode conter vários estabelecimentos através do arrendamento, parceria e mesmo de posse (RODRIGUEZ ET AL, 1997, p.60).



com mais de 100 ha representam apenas 0,2% do total dos estabelecimentos agrícolas do município e possuem 12,6% da área total ocupada. Como já destacado, em 1995, apenas 8 estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares se apropriaram sozinhos de 65,3% da área agrícola municipal (IBGE, 1995). Já em 2006 verifica-se apenas 1 estabelecimento com mais de 500 hectares que se apropriava de apenas 6,3% da área agrícola municipal (IBGE, 2006).

## 2.4 Produção Agrícola Municipal

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM)<sup>4</sup> são apresentados nas tabelas 3 e 4 onde consta a produção das principais lavouras temporárias<sup>5</sup> e permanentes<sup>6</sup> do município de Cruz do Espírito Santo.

**Tabela 3:** Lavouras Temporárias do município de Cruz do Espírito Santo

Produto	Produção em toneladas (t)	Produto	Produção em toneladas (t)
	Ano 1995		Ano 2011
Batata - doce (Toneladas)	3.000	Batata - doce (Toneladas)	1.040
Cana-de-açúcar (toneladas)	130.800	Cana-de-açúcar (toneladas)	390.000
Fava (em grão) (toneladas)	3	Fava (em grão) (toneladas)	26
Feijão (em grão) (toneladas)	64	Feijão (em grão) (toneladas)	15
Mandioca (toneladas)	480	Mandioca (toneladas)	3.000
Melancia	-	Melancia	100
Milho (em grão) (toneladas)	16	Milho (em grão) (toneladas)	16
Tomate (toneladas)	600	Tomate (toneladas)	50
<b>Total</b>	<b>134.963</b>	<b>Total</b>	<b>394.247</b>

**Fonte:** IBGE, Produção Agrícola Municipal. Elaboração da autora.

Na tabela 3 observa-se um crescimento na produção de fava e mandioca, bem como na produção de melancia que não constava em 1995, enquanto a produção de milho continua da mesma forma, e há uma diminuição na produção de batata-doce, feijão e tomate.

<sup>4</sup> IBGE – Produção Agrícola Municipal - Obtêm informações sobre área plantada e colhida, quantidade, rendimento médio e valor da produção, relativas a produtos de cultura temporária e permanente, tendo como unidade de coleta os municípios.

<sup>5</sup> IBGE - Lavouras temporárias- Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

<sup>6</sup> IBGE - Lavouras permanentes- Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos.

A produção de mandioca que era de 480(t) em 1995, em 2011 apresenta um total de 3.000(t), esse crescimento pode ser associado à plantação dessa cultura nas áreas de assentamentos, por ser uma das culturas mais tradicionais e pelos diferentes produtos para alimentação como (farinha, beiju, e etc.).

O município de Cruz do Espírito Santo é 2º maior produtor de cana de açúcar<sup>7</sup> da microrregião de Sapé com 390.000 toneladas (IBGE, 2011). A produção de cana de açúcar teve um aumento de quase 200%, quando comparamos os dados da produção de 1995 e 2011. O plantio de cana de açúcar é uma realidade constatada no PA Dona Helena e em outros assentamentos do município. Apesar de ter havido uma desconcentração da propriedade da terra, a ineficiência das políticas públicas nas áreas de assentamento do município, acaba se refletindo no plantio dessa cultura nos PAs implantados. Trataremos da produção de cana de açúcar no PA Dona Helena no item 3.4 e 3.4.1.

Vale ressaltar também que dentre as lavouras temporárias houve um crescimento na quantidade produzida de abacaxi (mil frutos)<sup>8</sup> que era de 2.000 (mil frutos) em 1995 e em 2011 foi contabilizado 2.700 (mil frutos).

**Tabela 4:** Lavouras permanentes do município de Cruz do Espírito Santo

Produto	Produção em toneladas (t)	Produto	Produção em toneladas (t)
	Ano 1995		Ano 2011
Abacate (Toneladas)	-	Abacate (Toneladas)	16
Banana (cacho) (Toneladas)	3	Banana (cacho) (Toneladas)	270
Castanha de caju (Toneladas)	2	Castanha de caju (Toneladas)	24
Goiaba (Toneladas)	-	Goiaba (Toneladas)	18
Laranja (Toneladas)	360	Laranja (Toneladas)	64
Limão (Toneladas)	-	Limão (Toneladas)	18
Mamão (Toneladas)	-	Mamão (Toneladas)	200
Manga (Toneladas)	325	Manga (Toneladas)	160
Maracujá (Toneladas)	-	Maracujá (Toneladas)	40
Urucum (semente) (Toneladas)	12	Urucum (semente) (Toneladas)	2
<b>Total</b>	<b>702</b>	<b>Total</b>	<b>812</b>

**Fonte:**IBGE, Produção Agrícola Municipal. Elaboração da autora.

<sup>7</sup> Mesmo estando entre as lavouras temporárias, “a cana exige exclusividade da terra, desde o primeiro ano de produção. Trata-se de uma cultura semipermanente que produz por até cinco anos, com colheitas anuais” (RODRIGUEZ ET AL, 1997, 64).

<sup>8</sup> A produção de abacaxi não se encontra na tabela 3, mesmo sendo uma lavoura temporária, por que a unidade de medida (t) utilizada na tabela difere da unidade de medida utilizada para a variável quantidade produzida de abacaxi (mil frutos).

Banana e mamão são os destaques entre as lavouras permanentes do município em 2011 (tabela 4). Em 1995 a quantidade produzida de banana (cachos) era de 3 toneladas o que representava 1% do total da produção, enquanto que em 2011 a produção é de 270 toneladas, ou seja, 33% do total produzido. Não existem dados da produção de mamão em 1995, já em 2011 a quantidade produzida é de 200 toneladas, o que representa 25% da PAM. Vale frisar que em 1995 (período em que iniciaram as desapropriações para fins de reforma agrária no município), não existiam dados da produção de abacate, goiaba, limão, mamão e maracujá, em contrapartida verificamos que em 2011 esses produtos já se encontram entre os mais produzidos. Em 2011 ocorre também a diminuição na produção de laranja, manga e urucum.

O município de Cruz do Espírito Santo já foi destaque pela extrema concentração fundiária que apresentou, no entanto no decorrer dos anos ocorreram modificações significativas no espaço agrário e na produção agrícola do município, e notadamente são reflexos das novas territorialidades rurais instaladas.

A seguir iremos tratar da formação de um novo território nesse município, o Assentamento Dona Helena, bem como apresentar brevemente algumas características do mesmo.

## **2.5 Da luta pela terra à formação territorial do Assentamento Dona Helena**

O assentamento Dona Helena foi constituído a partir da desapropriação do imóvel Fazenda Engenho Novo, situado no município de Cruz do Espírito Santo-PB.

A história da luta pela terra no imóvel Fazenda Engenho Novo começou no início da década de 1990. Com a falência da Fazenda que culminou nos conflitos pela terra. De um lado estavam os trabalhadores rurais sem terra e do outro, uma família rica e proprietária de um grande latifúndio improdutivo. Foi um período marcado por confrontos e pela resistência dos trabalhadores sem terra, posseiros, foreiros, acampados e ex-canavieiros.

A área atual do assentamento Dona Helena pertencia à família de Renato Ribeiro Coutinho, que possuía uma área total de 808 hectares e detinha a propriedade da Fazenda Engenho Novo em Cruz do Espírito Santo, e assim como muitas propriedades da região, a área destinava-se ao plantio da monocultura canavieira. De acordo com Di Lorenzo (2007, p.85):

A Fazenda Engenho Novo assim como muitas propriedades adjacentes localizadas no Litoral Paraibano pertencia à oligarquia rural Ribeiro Coutinho, que detinha o controle daquelas áreas desde os anos de 1920, aproximadamente. Tradicionalmente

essas áreas destinavam-se ao plantio da monocultura de cana-de-açúcar, sobretudo a partir dos anos 1970 por incentivos governamentais destinados à produção de açúcar e do álcool, através do Programa do Açúcar e do Álcool (PROÁLCOOL).

Na Fazenda Engenho Novo existiam posseiros e foreiros<sup>9</sup> que trabalhavam no plantio e no corte da cana, estes viviam em condições de trabalho desumanas e de grande exploração. Os posseiros não podiam realizar reparos nas casas onde viviam, e se desrespeitassem a ordem do proprietário eram expulsos, uma estratégia para retirá-los da terra, de acordo com Mitidiero (2008, p. 407):

Sempre que um posseiro tentava fazer algum reparo na estrutura de sua casa, era duramente reprimido pelos funcionários da Fazenda. Era uma tática lenta, mas que alcançava resultados, na medida em que os casebres, sempre muito precários, começavam a tombar e muitos posseiros abandonavam suas casas na iminência de desabamentos.

Com a partilha das terras da Fazenda Engenho Novo, se iniciava uma nova forma de perseguir e de expulsar os posseiros e os foreiros da área. Pois, parte da propriedade passou a ser administrada pela Empresa Agropecuária Vale do Paraíba LTDA (AGROPAR) que passou a apoderar-se gradativamente da área, expulsando as famílias que ali viviam. Segundo Nogueira (2006, p. 63):

(...) parte da área passou a ser administrada pela Empresa Agropecuária Vale do Paraíba LTDA (AGROPAR), a qual foi, gradativamente, invadindo o espaço onde moravam os posseiros foreiros, expulsando-os e assim apoderando-se de toda a área. (...) se iniciaram os conflitos. As famílias de posseiros moradores e foreiros que ali viviam foram sendo expulsas progressivamente sem receberem nenhum direito por isso.

Com a crise no setor sucroalcooleiro paraibano no final da década de 1980 ocasionada entre outros motivos pelo fim dos incentivos disponibilizados pelo Programa do Açúcar e do Álcool (PROÁLCOOL), várias usinas na Paraíba vieram à falência, dentre as que faliram estava a Fazenda Engenho Novo, que não resistiu à crise e também fechou suas portas. Conforme Moreira e Targino (1997, p.121):

---

<sup>9</sup> Os posseiros são agricultores que juntamente com a família ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. O trabalhador foreiro é aquele que paga a renda (foro) anual e obrigado, muitas vezes, ao cambão (trabalho gratuito, dois ou três dias por semana). Carneiro (1963, apud, NOGUEIRA, 2006, p. 61).

Na verdade, malgrado todos os investimentos de capital e incentivos fiscais fornecidos pelo Proalcool, o setor canavieiro paraibano chegou ao fim da década de 80 extremamente endividado. Esse, entre outros fatores, estaria na base do atual quadro de "crise".

A crise no setor sucroalcooleiro e as iniciativas dos trabalhadores rurais foram sem dúvidas o motor para a desapropriação da Fazenda Engenho Novo e para a desapropriação de diversos latifúndios no Nordeste.

Conforme Leite et al (2004) no caso da mancha da zona canavieira do Nordeste<sup>10</sup> (envolvendo a Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas), apesar da ação das Ligas Camponesas em Pernambuco e na Paraíba em meados dos anos 1950, e de um sindicalismo de trabalhadores atuantes, só depois de 1995 é que ocorre o grande salto nas desapropriações, fato que se justifica pela crise da agroindústria sucroalcooleira em meado dos anos 1980:

O fato novo nessa região, capaz de explicar essa distribuição no tempo, é a já concentrada crise da agroindústria sucroalcooleira a partir da segunda metade dos anos 80, com o fechamento de usinas e destilarias deixando dívidas trabalhistas, associadas às ocupações de terra (LEITE ET AL, 2004, p.46).

A perseguição com os posseiros e foreiros já existia, mas foi com a falência da Fazenda Engenho Novo que teve início o processo de luta pela terra. Foi um período marcado por conflitos e violência. Dentre as várias situações podemos destacar o fato de que o proprietário proibia os posseiros de plantarem na área, e quando esses insistiam em plantar tinham suas plantações arrancadas. A situação de miséria em que viviam os posseiros, a pressão psicológica sofrida durante o conflito por parte do proprietário ao arrancar suas roças, e a matança de animais podem ser consideradas e apontadas como violência moral. Um dos assentados entrevistados da pesquisa relata o que aconteceu na época do conflito:

Teve 36 pessoa processada inclusive desses processados teve alguns que teve que pagar trabalho voluntário no município pra cumprir a pena, e outros foram absolvido depois de um tempo. (...) e num houve violência em termo de agressão, teve a questão da luta a gente prantava eles arrancava, prantava im cima da lavora da gente, nós arrancava também, (...) (Assentado 1, Assentamento Dona Helena, 2012).

O proprietário pressionava os posseiros, impedindo-os de plantar e praticamente os obrigando a sair da terra e ir para a cidade, segundo este entrevistado:

---

<sup>10</sup> Leite et al, 2004. A zona da Mata edificada sob forte influência da cana-de-açúcar. (p.52)

A luta de Dona Helena começou muito antes de 95 porque existiam os posseiros aqui no qual eles resistia pra não ir pra cidade, o fazendeiro ficava pressionando, matando bicho, não pagava o dinheiro deles correto e foi quando eles pediram apoio ao STR e da CPT, e entrando em consenso ai arrumaram um grupo de pessoas de fora de varias cidades para dar apoio ai continuaram a luta fizeram acampamento (...) (Assentado 3, Assentamento Dona Helena, 2012).

A luta e a resistência dos posseiros em permanecer na terra recebeu o apoio da CPT, que os ajudou durante o processo de formação da luta pela terra, e na organização para a ocupação da Fazenda Engenho Novo, além de ter trazido famílias dos municípios vizinhos para ajudar no processo. O assentamento Dona Helena representa uma particularidade na participação da CPT no Estado da Paraíba, como afirma Mitidiero(2008, p. 408) “a experiência da Fazenda Engenho Novo possui o estigma de ser a primeira ocupação organizada e coordenada pela Pastoral da Terra na Paraíba”.

Diante dos relatos notamos também o apoio da CPT na luta pela desapropriação e conquista da terra na fala de um dos entrevistados da pesquisa:

(...) no inicio da luta nós tivemos o apoio maciço da Pastoral da Terra que é a CPT, tivemos o apoio de forma geral da igreja, tivemos o apoio do Sindicato, tivemos o apoio também da Universidade (UFPB), tivemos o apoio dos assentamentos. Hoje a gente continua com o apoio da CPT (Assentado2, Assentamento Dona Helena, 2012).

De acordo com um assentado, além da CPT, a luta pela terra também recebeu o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Cruz do Espírito Santo e do Vice-Prefeito que na época era Severino Bento, conhecido como Biu do Bar, o qual foi um dos trabalhadores rurais que lutou pelo acesso à terra:

Apoio da CPT, Frei Anastácio, Dorival, e também a paróquia de Cruz do Espírito Santo, como também do nosso querido, ilustre Biu do Bar, foi vice- prefeito na época fez um pedido na câmara pra acampar numa área da prefeitura, um grande apoio, como também apoio de outros companheiros que veio de fora (...). (Assentado 3, Assentamento Dona Helena, 2012).

OINCRA realizou uma vistoria na Fazenda Engenho Novo e emitiu um relatório em que constava a improdutividade da área, isto é, a mesma não exercia a sua função social. A partir disso deram-se início as negociações para desapropriação. E no dia 5 de maio de 1996 a área foi desapropriada para fins de reforma agrária (anexo A).

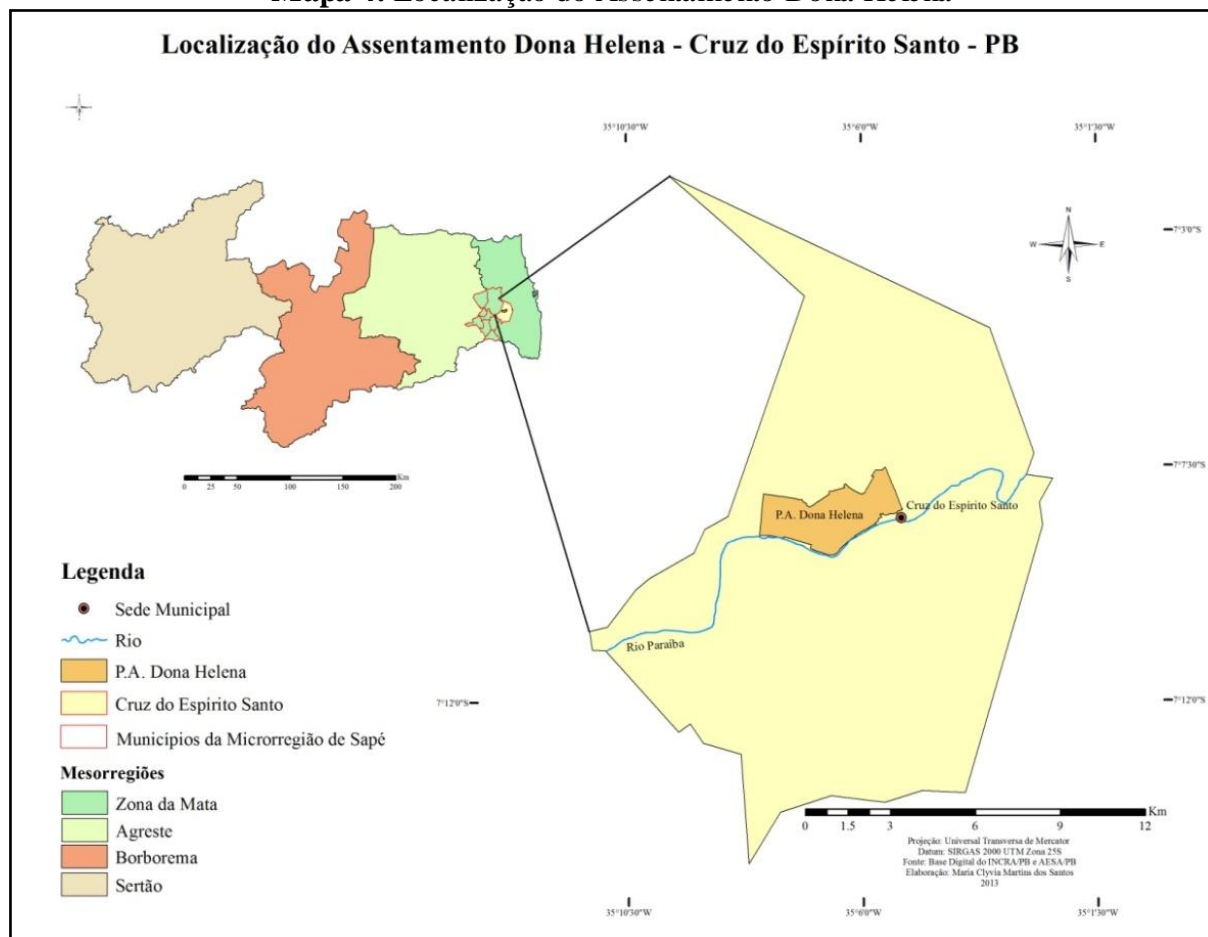
Em 20 de julho de 1996 foi criado o projeto de Assentamento Dona Helena, foram assentadas 105 famílias, dentre as quais estavam posseiros, foreiros, acampados, ex-

canavieirose as famílias indicadas pelo STR local. Desse modo concordamos com Nogueira (2006) ao afirmar que a criação do assentamento Dona Helena resulta da luta, das ocupações, e da resistência dos trabalhadores rurais sem terra, na propriedade do imóvel Fazenda Engenho Novo.

## 2.6 Caracterização do PA Dona Helena

O assentamento Dona Helena encontra-se localizado no município de Cruz do Espírito Santo, na Microrregião de Sapé, situado na Zona da Mata Paraibana, como mostra o Mapa 4.

**Mapa 4:** Localização do Assentamento Dona Helena



**Fonte:** INCRA-PB/AESA-PB, 2013. Elaboração da autora.

O PA Dona Helena possui uma área total de 762,27 hectares (anexo B), representando 12,4% da área do total de assentamentos do município de Cruz do Espírito Santo, e está entre os assentamentos que possuem a maior área ocupada por assentamentos na Zona da Mata Paraibana.

Segundo o INCRA-PB (2014) o município de Cruz do Espírito Santo possui um total de 834 famílias assentadas, dos quais 105 são do assentamento Dona Helena, representando quase 13% do total de famílias assentadas no município.

O módulo fiscal<sup>11</sup> do município de Cruz do Espírito Santo é de 10 hectares<sup>12</sup>. A divisão do imóvel foi realizada pelo INCRA, que estabeleceu 7 hectares para cada família, devido ao grande número de famílias a serem assentadas o módulo fiscal não foi respeitado, o que pode inviabilizar o desenvolvimento da produção familiar. A divisão das parcelas foi realizada pelos assentados. As casas encontram-se organizadas por lotes (figura 1).

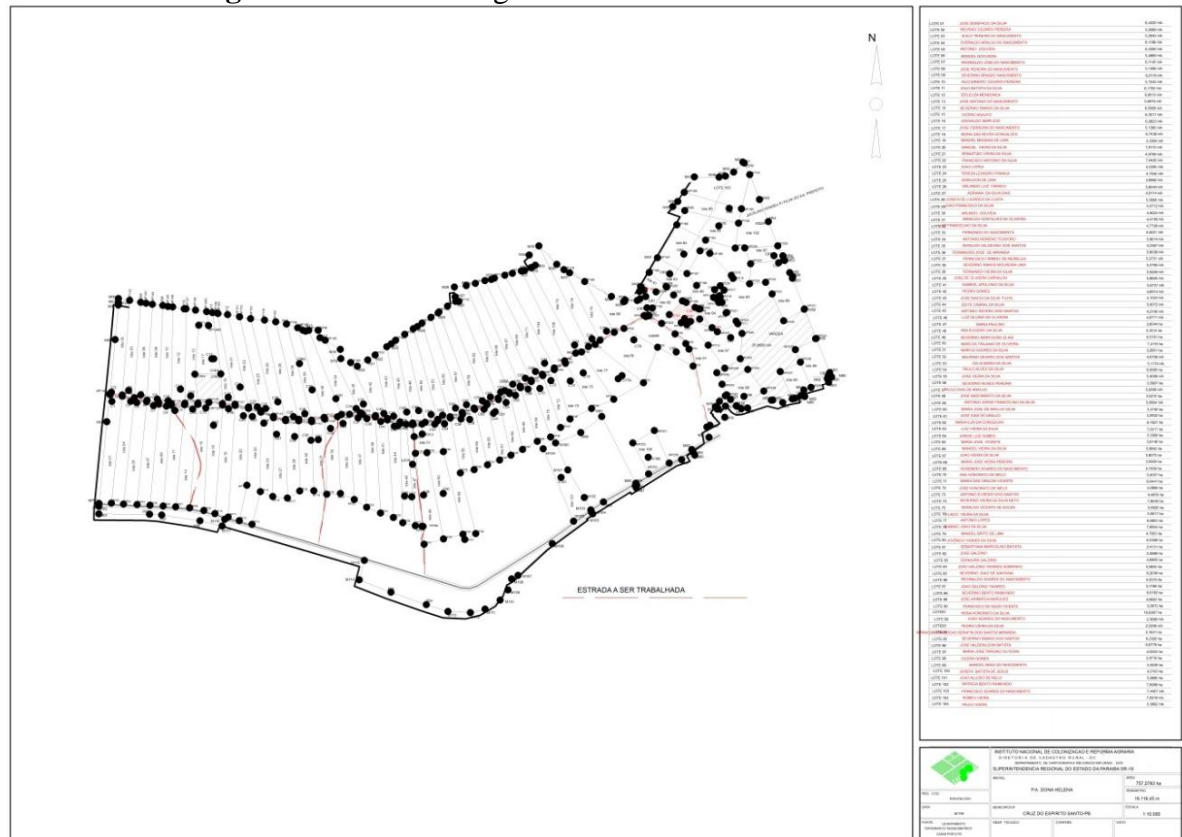
---

<sup>11</sup> INCRA – Módulo Fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração predominante no município; Renda obtida com a exploração predominante; Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; Conceito de propriedade familiar.

<sup>12</sup> DI LORENZO, (2007, p. 109).



**Figura 1:** Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena



**Fonte:** INCRA-PB, 2013.

Existe ainda no assentamento a área coletiva e uma área destinada às instalações do Centro Rural de Formação (CRF) e a Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena (ATRADH).

Atualmente existem oito transferências de lotes para serem realizadas. Outro problema é a “venda” de lotes, isso ocorre principalmente devido a falta de fiscalização do INCRA e pela necessidade que muitos camponeses têm em procurar uma alternativa para continuar sobrevivendo, tendo em vista a ineficiência dos investimentos e a falta de apoio para a produção e comercialização do Assentamento Dona Helena.

Com relação à assistência técnica no assentamento, esta é realizada pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), o assentamento conta com dois assistentes do INCRA, haverá nesse ano remanejamento dos mesmos.

Alguns problemas presentes no assentamento são reflexos da distribuição das terras que não atendeu ao módulo fiscal, ao fato de não haver água suficiente para irrigação e a falta de investimentos que apoiem a agricultura. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 46) “os assentamentos da região Nordeste estariam carecendo principalmente de recursos para irrigação”. A ineficácia das políticas públicas nos assentamentos configura em certos casos na desistência das famílias dentro dos PAs.

Apesar dos problemas existentes no assentamento Dona Helena, é evidente que ocorreram mudanças na vida dos camponeses, uma vez que a conquista do assentamento promove uma melhoria nas condições de vida das famílias assentadas, e transformações em seu entorno, das quais trataremos no próximo capítulo.

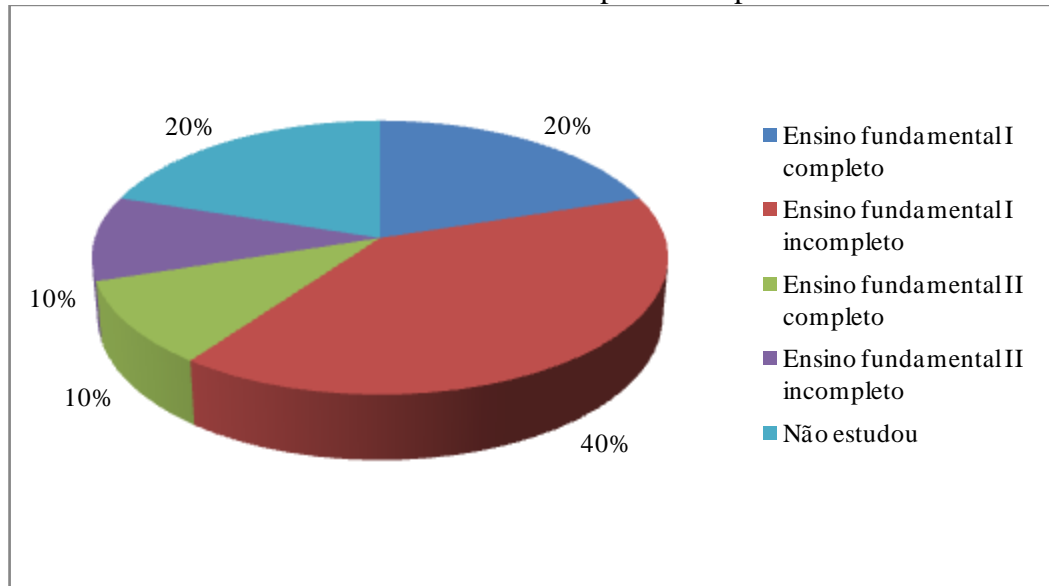
### **CAPÍTULO 3- IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA**

Os assentamentos rurais proporcionam uma reorganização das formas de produção nas áreas em que se inserem, podendo afetar a dinâmica do comércio local, além de promover alterações na organização social, econômica e política de um município ou de uma região. Essas transformações são compreendidas neste trabalho como impactos territoriais. A esse estudo interessou identificar os impactos territoriais da criação do Assentamento rural Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo/PB.

Os primeiros grandes impactos territoriais provenientes da criação do PA Dona Helena, estão relacionados à estrutura fundiária, à propriedade da terra e ao uso do solo. Sendo assim nos interessa analisar as transformações decorrentes da ocupação e da ação dos assentados nesse novo território.

#### **3.1 Famílias assentadas**

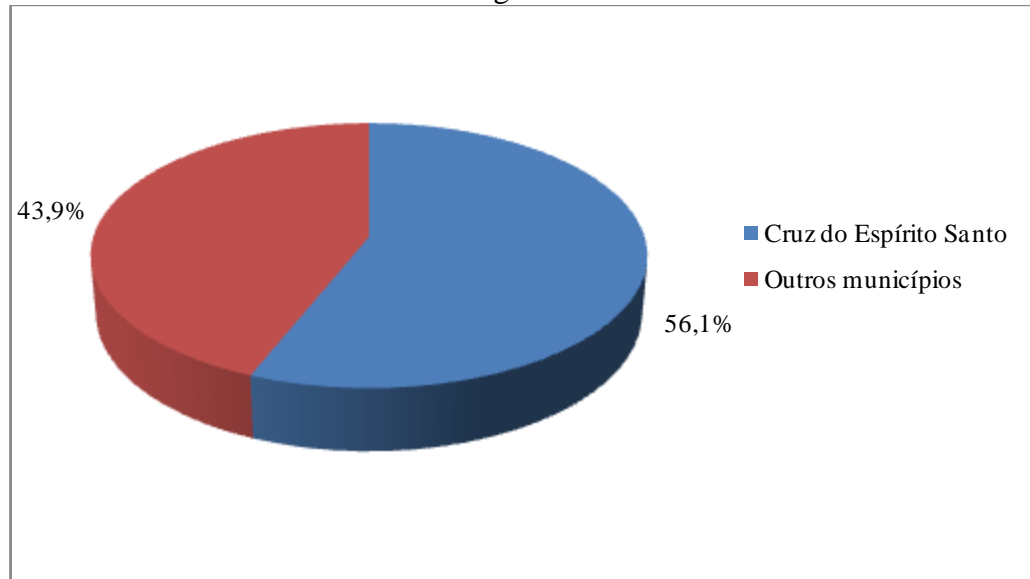
A população assentada é representada por uma população historicamente excluída, e o assentamento possibilitou o acesso à terra e melhorias nas condições de vida dessas famílias assentadas. Constatamos que (64%) dos responsáveis pelos lotes são do sexo masculino e (36%) do sexo feminino. A faixa etária dos entrevistados varia entre 40 e 76 anos. Quanto à escolaridade, notamos que a grande maioria (40%) não terminou o ensino fundamental I (gráfico 5). Características próprias de uma população historicamente privada de direitos básicos como educação, por exemplo. Dos camponeses entrevistados (89%) não estudam e apenas (11%) encontra-se em sala de aula.

**Gráfico 5:** Escolaridade dos responsáveis pelos lotes

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

Todos camponeses afirmaram que já haviam trabalhado na agricultura antes do assentamento. Verificamos que (73%) dos camponeses entrevistados trabalhava na agricultura no período anterior ao assentamento, principalmente como meeiros, foreiros, posseiros, parceiros e moradores, (18%) trabalhavam como canavieiros e (9%) trabalhavam na construção civil.

A grande maioria dos responsáveis pelos lotes já residia na zona rural (64%), enquanto (36%) viviam na zona urbana. As famílias que constituem o assentamento Dona Helena são de origens diferentes, do próprio município de Cruz do Espírito Santo, de Alagoa Grande, de Boqueirão, de Mamanguape, de Itatuba, de Sapé, de São Paulo-SP, de águas Belas-PE, de Bayeux e de Pedras de Fogo. Conforme Nogueira (2006, p. 76) “os assentados de Dona Helena têm origem de diferentes municípios do Estado da Paraíba e de outros estados do país”. Mas, (56,1%) residia no município de Cruz do Espírito Santo (gráfico 6):

**Gráfico 6: Origem dos assentados**

**Fonte:** Nogueira, 2006. Elaboração da autora

Sendo assim, (43,9) da população assentada veio de outros municípios, um número expressivo de famílias que passaram a compor o assentamento e refletir nos dados demográficos do município de Cruz do Espírito Santo.

### 3.2 Infraestrutura Social

A criação do assentamento Dona Helena gerou uma maior demanda de infraestrutura, como escola, posto de saúde, energia elétrica, acesso à água, entre outros serviços. Assim sendo, a construção de instalações é também a expressão do impacto da existência dos assentamentos, pois, “novas demandas se abrem, que agora se voltam para negociações com agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de créditos e infraestrutura” (MEDEIROS & LEITE, 2004, p.112 e 115).

Todos os assentamentos do município de Cruz do Espírito Santo possuem uma Escola. De acordo com Secretaria Municipal de Educação e Ação Social, existiam 836 alunos matriculados nas escolas dos assentamentos do município em 2013, e 34 professores atuando nas áreas de assentamento. Segundo a diretora da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Maria José Francisca, localizada no Assentamento Dona Helena, existem 40 alunos matriculados.

Existem 13 funcionários na Escola PA Dona Helena, 4 destes são do próprio assentamento e os demais funcionários são do município de Cruz do Espírito Santo. Isto é, todos foram de certo modo contemplados com a criação do assentamento, uma vez que gerou

uma maior demanda de serviços e consequentemente um maior número de funcionários empregados (professores, merendeiras, faxineiros, vigias, secretárias, e outros). A Escola tem dois banheiros, uma videoteca, cozinha, duas salas de aula, secretaria e uma dispensa (fig. 2).

**Figura 2:** Escola do Assentamento



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.

Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

A Escola do assentamento foi uma conquista dos assentados que se mobilizaram por uma educação melhor e mais acessível para seus filhos e mediante seus esforços obtiveram êxito. A esse respeito Nogueira (2009, p. 271) afirma:

Nos assentamentos rurais de Reforma Agrária no município de Cruz do Espírito Santo, a conquista do acesso à educação se deu pela organização dos próprios assentados, que se viram na necessidade de possuir esse acesso, especificamente na figura da escola.

A Escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite. No período da manhã e da tarde o ensino é voltado para as crianças e atende educandos até o 5º ano do Ensino Fundamental. No período da noite o ensino é voltado para jovens e adultos com o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Vale frisar que as escolas localizadas nas áreas rurais desse município só atendem alunos/as até o 5º ano do Ensino Fundamental. Os alunos/as das séries seguintes têm que se deslocar para o centro urbano do município para dar continuidade a seus estudos. Para os alunos que precisam deslocar-se até a cidade existe o transporte escolar municipal que os leva

até as escolas do município. O assentamento Dona Helena se localiza próximo à cidade e também é contemplado com o transporte escolar.

No assentamento não existe Posto de Saúde, e os assentados procuram os serviços de saúde na cidade. Mas, o assentamento conta com o trabalho dos agentes de saúde que regularmente visitam as famílias assentadas.

A conquista da rede de eletrificação do assentamento foi uma luta da ATRADH juntamente com os assentados. A luta por energia elétrica durou mais de 4 anos, e após a conquista todos os lotes foram beneficiados.

Em relação ao acesso à água, todos os lotes possuem cisternas uma forma encontrada para assegurar que os assentados tenham água em suas casas. Mas em épocas de forte de estiagem é usado o carro pipa para o abastecimento da água (figura 3). Apesar do Assentamento se localizar bem próximo às margens do Rio Paraíba e também de uma lagoa, não existe um projeto voltado para o beneficiamento desses assentados proveniente desses cursos d' água.

**Figura 3:** Carro pipa abastecendo cisterna no PA Dona Helena



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

A água encanada é uma conquista recente dos assentados. Faz parte de um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) com Prefeitura do município. A princípio esse projeto deveria atender as 105 famílias assentadas, no entanto não é o que ocorre, apesar da tubulação estar presente na maioria das casas, a água não chega devido as diferentes altitudes, e como é levada de forma gravitacional até as casas, não chega a todos os lotes.

### 3.3 Organização interna do Assentamento

A grande maioria dos assentados entrevistados (91%) declarou participar da Associação do assentamento. As assembleias mensais ocorrem na sede do assentamento onde também se localiza o CRF. De acordo com Di Lorenzo (2007, p. 222) “a instalação do CRF na sede da ATRADH foi importante por que possibilitou a reconstrução da sede do Assentamento cujas instalações se encontravam em grande parte em ruínas”.

Além da associação que representa os trabalhadores rurais do assentamento, existe também o grupo de mulheres que é um projeto da associação onde às mulheres trabalham fazendo bolo, e uma Cooperativa onde os assentados buscam recursos para construir um engenho. A forma como os assentados se organizam é também a expressão do impacto da existência do assentamento na vida dos mesmos. Para Leite et al (2004, p. 115):

Em todos os casos, as formas como os assentados se organizam são a expressão do impacto da existência dos assentamentos na sua vida. Em contrapartida, essas formas de associação acabam gerando impactos sobre a inserção dos assentados na vida dos municípios onde se localizam e na visão que a sociedade mais ampla tem deles, em especial os governantes e a população das cidades próximas (...).

A associação tem grande representatividade dentro do assentamento, nela os camponeses encontram formas de manterem-se unidos e organizados para enfrentarem da melhor maneira os diversos desafios do assentamento, “essas pessoas precisam ser capazes de se organizar de maneira duradoura para afrontar conjuntamente os problemas” (D’ INCAO & ROY, 1995, p. 23). Nas figuras 4 e 5, podemos visualizar o prédio onde ocorrem as assembleias mensais.



**Figura 4:**Sede da Associação do Assentamento



**Fonte:**Pesquisa de campo, 2013.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

**Figura 5:** Assembleia realizada no Prédio do CRF



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2013.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

Nas assembleias da ATRADH podemos observar que a participação dos assentados ocorre de forma democrática, isto é, todos têm o direito à vez, voz e voto. Todos podem durante a reunião dirigida pela presidente da associação, expressar suas opiniões, apresentar seu ponto de vista. A associação é um espaço de decisões coletivas como afirmam dois assentados:

Num participa quem num quer, por que a associação aqui toda vida ninguém venha dizer que ela foi um órgão privado que nunca foi não, ela toda vida da vez e voz ao

associado e a todo mundo que chegar, até gente que vinher visitante também tem direito de participar, de dar sua opinião ou contra ou a favor mais tem vez e voz (Assentado 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

Lá na assembleia, lá é livre pra todo mundo falar, se num quiser falar num fale, e quem quiser falar fale, lá dá oportunidade pra todo mundo falar. (Assentado 6, Assentamento Dona Helena, 2014).

Não há na Associação uma relação de subordinação protagonizada pelo conselho fiscal, ou pela presidente, o que existe é a liberdade de expressão e a igualdade. Assim, esses sujeitos sociais, unidos por lutas, agora, dentro da terra conquistada, tem um espaço democrático, onde todos têm a liberdade e a igualdade, uma vez que “a liberdade sem igualdade restitui a servidão” (D’ INCAO & ROY 1995, p.20).

Desse modo a liderança (presidente da associação) que teve a mesma trajetória de vida, de sofrimento dos demais, não é posta agora como patrão, como uma representação arbitrária da maioria, arbitrária do poder, ou como uma sujeição passiva dos assentados, onde estariam, “submetidos a novas relações de dominação” (D’ INCAO & ROY 1995, p.45). Mas, a liderança é posta como uma mediadora, uma assentada que assim como os demais assentados associados, está preocupada com o futuro do assentamento e se dispôs a ajudar, a trabalhar pelo coletivo, pelos interesses da maioria das famílias.

Durante um dos trabalhos de campo realizados no assentamento e à ATRADH participamos de uma reunião e dos momentos que a antecederiam, percebemos algumas singularidades. A assembleia estava marcada para as 8:30 h e aconteceria na sede da associação no (CRF). Chegamos ao local por volta das 7:40 h pois havíamos marcado de conversar com a presidente antes do início da assembleia. Notamos que alguns assentados procuravam a presidente momentos antes, preocupados em ter que resolver algumas coisas, não queriam “faltar por nada” e se preocupavam em chegar no início. Consideramos esse fato muito importante, afinal isso demonstra o compromisso que eles têm em discutir o futuro do PA. Mesmo antes da hora marcada para o início da assembleia já havia alguns assentados. Todos se cumprimentaram, pareciam esperar ansiosos.

Vale ressaltar também que eles chegavam em sua maioria juntos, conversando. E posteriormente na reunião percebemos que a forma como se colocavam só reafirmava o que já havíamos constatado. As colocações, opiniões, sugestões exprimiam a união existente entre eles, apesar de existirem alguns momentos em que divergiam e se exaltavam, é inegável que na ATRADH o comportamento dos assentados exprime um sentimento de identidade, e de participação.

No momento da reunião os assentados têm a oportunidade de debaterem sobre os principais desafios a serem enfrentados. É também um momento para relatarem as atividades realizadas no assentamento, a participação em encontros e eventos. Essa reunião ocorre apenas uma vez por mês, sempre na primeira segunda – feira.

De acordo com a presidente da associação existem 202 associados, e 93 destes encontram-se adimplentes. Apesar de nem todos assentados fazerem parte da associação, os que dela fazem parte são engajados com os problemas do PA.

A luta por benefícios para o assentamento é responsável pelas conquistas alcançadas, a exemplo da Escola do assentamento e de outros benefícios, como aponta a Presidente da associação:

No decorrer desses 16 anos depois do assentamento aconteceram muitas coisas boas, as coisas boas foram: as casa, ao crédito, a permanência das pessoas a luta por cisterna, por água, por energia, e conseguir a conquista da escola (Presidente da Associação, 2012).

Um dos assentados também expressou sua opinião sobre as vitórias da associação, ressaltando a conquista da escola e da água encanada no assentamento:

Trouxe o colégio que pra gente foi uma maravilha, só em a gente ver que as crianças da gente num vai andar como daqui, no conjunto ou na rua, só os que num o estudo dele aqui, mais uma criança dessa sair daqui, eu mermo num confiava em deixar uma criança dessa (...)Essa agua também foi uma parte da associação que deu uma grande força, os dirigente da associação que deu uma grande força e exigiu mes mo, então são batalhas conseguidas pela associação (Assentado 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

A ATRADH possui um importante papel no Assentamento, através dela os assentados associados tem a possibilidade de venderem seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>13</sup>, e recebem o pagamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) repassados diretamente aos assentados (anexos C - D).

---

<sup>13</sup>O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap).

### 3.4 Produção e comercialização do Assentamento Dona Helena

No assentamento podemos encontrar práticas sustentáveis através da produção agroecológica. Predomina no PA as atividades produtivas de ordem familiar. São os membros da família os responsáveis pelo preparo da terra, plantio e colheita. Tanto as mulheres como os homens exercem esse trabalho nos roçados. E até as crianças algumas vezes ajudam a família.

Dentre os destaques na produção do assentamento Dona Helena, estão: a bata-doce, a mandioca, a castanha de caju, o milho, a fava, a banana, a goiaba, a laranja, o limão, o mamão, o maracujá e também a cana de açúcar. Encontramos ainda o plantio de abacate, abacaxi e feijão (fig. 6 e 7). Todos assentados entrevistados têm em seus lotes acerola, coco e seriguela. Isto é, a produção no assentamento ocorre de forma diversificada, contribuindo para a “diversificação da produção agropecuária local” (MEDEIROS & LEITE, 2004, p. 74).

**Figura 6:** Cultivo de Feijão



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

**Figura 7:** Plantio de abacaxi



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.



No assentamento existe uma Mandala<sup>14</sup> (fig. 8), ela apresenta um jardim de círculos que respeitam a agricultura ecológica, não sendo utilizado qualquer tipo de agrotóxicos. No centro da Mandala existe um tanque de irrigação (fig. 9), que por meio de drenagem possibilita que a água escorra para o meio e que seja recaptada para o sistema, possibilitando o reaproveitamento de tudo.

**Figura 8: Mandala**



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.  
**Acervo:** Maria Clyvia Martins dos Santos.

**Figura 9: Tanque de irrigação no centro da Mandala**



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.  
**Acervo:** Maria Clyvia Martins dos Santos.

---

<sup>14</sup>O Sistema Mandala é uma forma de produção de alimentos, onde o plantio é feito de forma circular. Neste sistema de produção, a horta é plantada em círculos concêntricos que representam a natureza, onde tudo é arredondado. Os plantios em círculos, diferentes dos desenvolvidos pela agricultura convencional, permitem às plantas se ajudarem mutuamente, trabalhando com conceitos de cortinas quebra ventos, de plantas repelentes a insetos, (...) com a recuperação da biodiversidade e do controle ecológico de insetos pragas assim como de doenças e plantas invasoras. É um sistema simples que consiste da produção em vários canteiros entorno de uma única fonte de água para irrigação, distribuída uniformemente para plantações diferentes, permitindo um melhor aproveitamento de recursos como a água e o solo. É possível realizar este método de produção em áreas pequenas, e com poucos recursos, proporcionando assim a subsistência e até renda de quem o adota, sendo direcionado para pequenos proprietários ou associações rurais. (MARTINS ET AL, 2012, p. 03).

A Mandala é uma área de produção familiar. Nela podemos encontrar alface, pimentas, cebolas, cenouras, a criação de patos, e outros. O excedente da produção é comercializado na Feira Agroecológica do campus I da UFPB.

Di Lorenzo(2007) aponta que as técnicas adotadas na produção agrícola do PA Dona Helena “consistem em formas de manejo tradicionais, como o aproveitamento das podas e dos defensivos orgânicos, além da incorporação de novas práticas, como a produção de biofertilizantes com o aproveitamento dos recursos locais”(DI LORENZO, 2007, p. 148). O uso de biofertilizantes é de baixo custo e não destrutura o solo como ocorre com o uso de fertilizantes químicos. Além disso, geram uma produção mais saudável e propicia o manejo agroecológico da área produtiva, oferecendo alimentos orgânicos e respeitando o meio ambiente.

A produção do PA destina-se em sua maioria para o consumo, apenas 27 famílias assentadas comercializam seus produtos. De acordo com a presidente da ATRADH cinco famílias participam da feira do município (que ocorre nos domingos), quatro famílias da feira do agricultor (no sábado), aproximadamente sete famílias comercializam seus produtos na feira agroecológica da UFPB, e onze famílias do assentamento participam do PAA. O assentamento se localiza bem próximo à cidade de Cruz do Espírito Santo e da capital paraibana, isso facilita o escoamento da produção para o comércio local/regional.

A Feira Agroecológica realizada no Campus I da UFPB tem a participação dos assentados de quatro PAs, quais sejam os Assentamentos: Dona Helena (Cruz do Espírito Santo - PB), Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista (Sapé - PB), e o acampamento Ponta de Gramame (João Pessoa - PB), e estes compõem a Associação da Ecovárzea Paraibana<sup>15</sup>. Existem 52 associados, desse total 42 famílias produzem de forma agroecológica e 27 famílias participam da feira todas as sextas – feiras (do assentamento Dona Helena são 7 famílias) (fig. 10). A Feira Agroecológica da UFPB existe há 13 anos e recebe o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da CPT e da ATES.

---

<sup>15</sup> A Ecovárzea é a associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos da Várzea Paraibana que abrange aqueles cuja organização tem como base a produção agroecológica e o escoamento de seus produtos, baseada em princípios educativos de cooperação e economia solidária. A economia solidária tem em sua lógica a proposta de outra economia, onde se considerem o elemento humano e a preservação do meio ambiente. Ver SINGER(2000; 2002); GAIGER (2003). Fonte: Di Loren zo (2007).

**Figura 10:** Feira Agroecológica da UFPB



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

A feira do agricultor realizada no próprio município é abastecida pelos assentamentos: Dona Helena, Campos sementes e Mudas, Massangana I e Canudos (figura 11).

**Figura 11:** Feira do Agricultor



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos

A feira é recente no município e tem recebido o apoio do STR, do Prefeito Municipal Pedrito, dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), como aponta a presidente da ATRADH:

O sindicato apoiou ai agente tá com essa feira há dois anos já. Neste mandato agora, neste mandato de Pedrito agente conseguiu as barracas, que a feira agente tava fazendo nas mesas de plástico (...) Pedrito doou 10 barracas. O MDS através o MDA se comprometeu em trazer dez barracas, as freezer e as balanças pra que o pessoal possa vender os produtos deles, como galinha abatida, bode, carneiro e agente só tem um probleminha. Não tem espaço, vamos tentar falar com o prefeito pra ver se arruma um galpão pra botar as cosas num lugar que seja mais seguro. (Presidente da Associação, 2014).

O número de famílias assentadas que participam das feiras ainda é muito pequeno, os incentivos e as colaborações existentes são insuficientes. De acordo com Di Lorenzo (2007, p. 151) alguns motivos relacionados à reduzida participação desses assentados (na Feira Agroecológica da UFPB) são: a pouca produção do excedente; as dificuldades dos camponeses para se manterem na terra; dos endividamentos obtidos para custeio da produção; a localização da parcela em terrenos de solos impróprios ao cultivo; ausência de projetos de irrigação, dentre outros.

No assentamento também observamos a criação de alguns animais, dentre eles estão: o gado bovino, os caprinos, os suínos e em maior proporção as aves (fig. 12). Em sua maioria a produção destina-se mais para o consumo. A criação que se destina mais para o comércio são as aves e também os ovos, que são comercializados na feira do município e na feira Agroecológica da UFPB. No PA Dona Helena também encontramos criação de abelhas, em que é comercializada a produção do excedente do mel.

**Figura 12:** Criação de aves



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

Os moradores do município de Cruz do Espírito Santo em sua maioria (91%), afirmaram que consideram importante a produção nos assentamentos e a participação dos assentados nas feiras, principalmente por uma maior qualidade dos alimentos. A produção nos assentamentos repercute em transformações importantes para o município, rebatendo diretamente na oferta de alimentos e nos preços comercializados, como afirma um dos moradores entrevistado na pesquisa:

eles tão produzindo e pegando sua produção e vendendo aqui ao povo de Cruz do Espírito Santo e do conjunto.(...). Agora tão plantando mais, cuidando mais da terra. Também os que eles vende também é melhor que o preço da feira né. Porque vem



diretamente do produtor, num tem atravessador aí é mais barato o que eles produz na terra né. Às vezes eles têm produto lá, tem macaxeira, tem inhame, tem verdura, quem quiser pode ir lá e comprar mais barato do que na feira. (Morador 1, Cruz do Espírito Santo, 2013).

Nessa perspectiva concordamos com Bergamasco e Norder (1996, p. 48) ao afirmarem que “a implementação dos assentamentos pode alterar as relações entre o campo e a cidade, já que os efeitos locais e regionais da grande propriedade, produtiva ou não, são significativamente menores que os benefícios da agricultura familiar”.

Além disso, a produção beneficia os assentados, e dar a oportunidade de inserção dos mesmos como produtores e vendedores dentro do universo da economia local/regional, realizando atividades dentro e fora do lote.

Neste âmbito Bergamasco e Norder (1996) ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para a produção agrícola em bases familiares no Brasil, já existentes em todos os países desenvolvidos, associadas às estratégias para o desenvolvimento econômico e ampliação do mercado de consumo interno. Desse modo, “os assentamentos, caso implementados em maior escala, poderiam beneficiar não apenas a população sem-terra, mas grande parte da sociedade brasileira” (BERGAMASCO & NORDER, 1996, p. 67).

### **3.4.1 Para além dos Impactos: produção de cana no Assentamento Dona Helena**

Os assentamentos rurais de reforma agrária podem ser entendidos como uma novidade territorial no Brasil contemporâneo, são experiências inovadoras que revelam contradições e possibilidades. Nesse âmbito é possível discutir essa abordagem para além dos impactos proporcionados por eles. Isto é, o plantio da cana de açúcar dentro do assentamento, não pode ser entendido simplesmente como uma contradição do movimento de luta, e sim como uma contradição do processo de distribuição de terra para reforma agrária, pois o Estado dá a terra, mas não dá as condições para reprodução social e territorialização. Após a conquista da terra surgem novas lutas no cotidiano das famílias assentadas que até certo ponto dependem das ações do Estado.

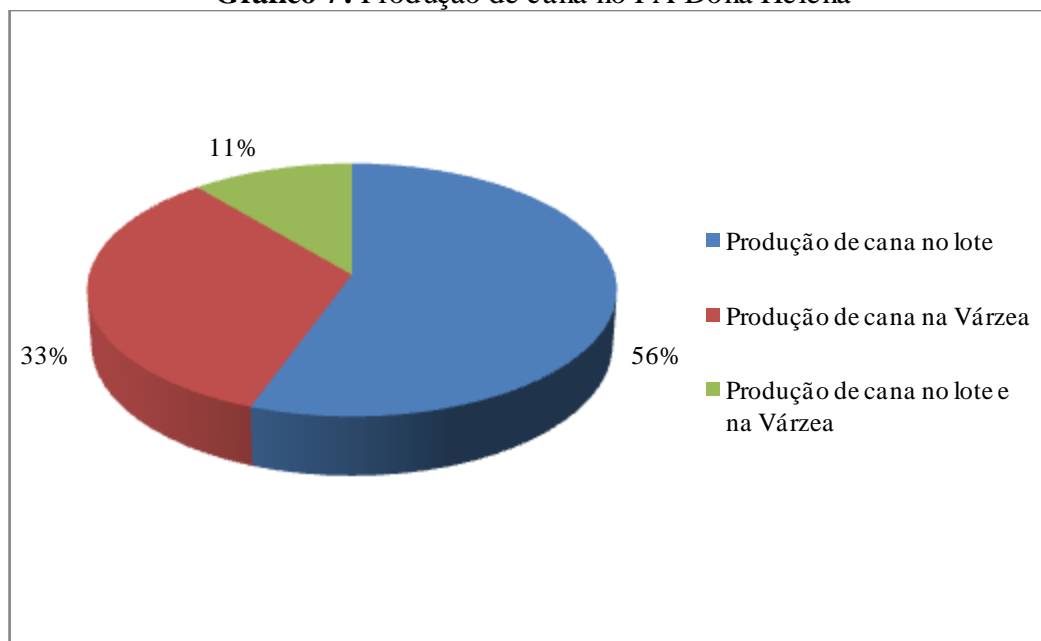
No PA Dona Helena existem assentados que cultivam hortaliças, legumes e outros alimentos que lhes permitem além do consumo a venda do excedente e a participação em feiras e em programas municipais. Assim, o plantio de cana não substitui a produção dos demais alimentos, a cana é uma renda anual complementar e também serve de ração para o gado. Além da necessidade dessa renda complementar, já que a terra não comporta a

subsistência da família, há o receio de endividamentos advindos de outros plantios. Como relata este assentado:

A questão de cana é o seguinte a questão de cana é uma simples coisa. (...) plantar cana de açúcar pra ter o complemento da renda ta entendendo, aí vem a discussão dos projetos, por que chega no tempo a gente num tem condição de pagar os projeto. Então porque a gente investe na plantação de cana pra no final do ano ter um complemento para gente. Tem muitas famílias fez isso e deu certo. Não deixa também de produzir os alimento tem que ter, tem que ter sim plantar para a subsistência da gente, muitos vende também, agora é, mas pro consumo de casa. Você tem a cana, você tem o complemento dela tem a bandeira pra dar pro gado (Assentado2, Dona Helena, 2013).

Constatamos que 73% dos assentados entrevistados plantam cana no assentamento, a maioria planta cana em seu próprio lote, mas há também o cultivo de cana na área da várzea (área coletiva), como podemos observar no gráfico 7:

**Gráfico 7:** Produção de cana no PA Dona Helena



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

No lote a produção de cana é de pouco mais de 1,5 hectares e na várzea de aproximadamente 2 hectares. Os entrevistados apontaram que vendem a cana para as usinas São Paulo e Japungu, e também para o Engenho São Paulo. Todos os assentados produtores de cana afirmaram que as usinas não os pressionam para plantar.

O plantio de cana na propriedade familiar e a venda da produção para as usinas converte a mercadoria em dinheiro, transformando a renda da terra em capital. O usineiro não precisou contratar trabalhadores, isto é, não investiu capital, sujeitando assim, a renda da terra

à lógica capitalista. O usineiro é o capitalista industrial e os assentados entregam a sua produção de cana para as usinas. Ocorre renda capitalizada da terra, em que o capital se apropria da renda da terra ou mesmo oferece condições para que ocorra a produção nas propriedades camponesas. Esse processo de acordo com Oliveira (2005) é denominado de monopolização do território, pois “o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e define relações de produção camponesa e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social” (OLIVEIRA, 2005, p.478).

Os efeitos danosos da queimada de cana no assentamento são acrescidos a sua proximidade com as usinas. De um lado o plantio da cana é reafirmado pela garantia da renda extra. Por outro, seus efeitos refletidos na fumaça e na fuligem representam a perda da liberdade dos assentados. Para Ferrante (2007, p. 71):

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho ‘cativo’ esquadrihado por outros saberes e poderes.

Existem na ATRADH campanhas de conscientização em relação às queimadas e ao uso do veneno, tendo em vista os efeitos prejudiciais para os assentados, para a produção dos demais alimentos no assentamento e para o solo:

Em relação as queimada agente é através da associação agente sempre no início do verão agente faz uma grande reflexão e conscientização com a comunidade pra evitar a questão das queimadas né, e se queimar, queimar de maneira responsável fazendo os aceiro e também procurando respeitar a parcela do próximo. E em relação ao veneno também agente faz essa reflexão diária porque agente tem aqui um grupo de doze famílias que faz parte da feira agroecológica (Assentado1, Assentamento Dona Helena, 2014).

O predomínio da cana de açúcar na paisagem da Zona da Mata Paraibana que ocorre desde a colonização até os dias atuais, e a proximidade do assentamento com as usinas são características regionais impostas na paisagem que acabam refletindo no assentamento. Ferrante (2007, p. 76) enfatiza que:

A ‘imposição’ da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes.

De acordo com as informações obtidas durante as entrevistas no assentamento e no município de Cruz do Espírito Santo, o atual vice-prefeito Biu do Bar é um dos pioneiros no plantio de cana dentro do assentamento Dona Helena.

Vale destacar que existe dentro do PA algumas iniciativas para continuar a Cooperativa do assentamento, os camponeses pretendem conquistar um engenho para fazer açúcar mascavo e rapadura para merenda escolar, aproveitando ainda a sobra dos insumos para fazer adubo orgânico.

### 3.5 Rendados assentados

Os assentados de Dona Helena dedicam-se a atividade agropecuária nos lotes, cultivando alimentos e criando alguns animais. E complementam a renda com os trabalhos fora do assentamento. Em alguns casos ocorre a venda do excedente da produção como já tratado.

A renda das famílias assentadas provém de três fontes principais: o trabalho agrícola dentro do lote, o trabalho fora do lote e as transferências governamentais. O trabalho na produção de bolo por parte das mulheres do assentamento também contribui para a composição da renda de algumas famílias.

Constatamos que 54,5% das famílias entrevistadas tem sua renda composta pelo trabalho fora do lote (construção civil, vigia, costureira, caseiro e em outros lotes), e 36,4% das famílias da produção no lote.

Verificamos também a renda proveniente do lote e do trabalho fora do lote comparando estas com a renda anterior a entrada no assentamento (tabelas 5 e 6):

**Tabela 5:** Renda Familiar Mínima, Média e Máxima das famílias em período anterior ao assentamento

Assentamento	Renda mínima (R\$)	Renda média (R\$)	Renda máxima (R\$)
Dona Helena	70,00	150,00	250,00

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

**Tabela 6:** Renda Familiar Mínima, Média e Máxima das famílias assentadas<sup>16</sup>

Assentamento	Renda mínima (R\$)	Renda média (R\$)	Renda máxima (R\$)
Dona Helena	80,00	603,34	1.010

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

Como podemos observar houve uma melhoria significativa na renda dos assentados. A renda mínima, que era de R\$ 70,00, agora é de R\$ 80,00, houve uma diferença pouco significativa, mas na renda média familiar houve um aumento de R\$ 450, 00; e, ao comparar as maiores rendas entre as tabelas, percebemos uma diferença de pouco mais de R\$ 750, 00. Quando comparamos a renda atual das famílias assentadas com a renda a anterior a entrada no PA fica evidente que houve uma melhoria nas condições de vida destas.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o impacto interno, isto é, para as mudanças ocorridas na vida das famílias assentadas, as quais apontaram ter havido uma significativa melhoria econômica, quando comparada a situação anterior a entrada destas no assentamento. Para Leite et al (2004, p. 233):

o acesso à terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento.

Em relação às transferências governamentais, estas provêm basicamente do Programa Bolsa Família do governo federal e de aposentadorias. Todas as famílias entrevistadas no PA Dona Helena complementam sua renda com essas transferências governamentais.

Do total das famílias entrevistadas, 54, 5% recebem o benefício do Programa Bolsa Família (valor não informado). Já as famílias entrevistadas que complementam a renda com recursos de aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo<sup>17</sup> correspondem a 63,6% do total. E há também a complementação da renda com a produção de cana de açúcar.

<sup>16</sup> Para o cálculo da renda familiar mínima, média e máxima das famílias assentadas não consideramos as transferências governamentais (aposentadoria e bolsa família).

<sup>17</sup> Ministério do Trabalho e Emprego. Valor atual do Salário Mínimo: R\$ 724,00 a partir de 01.01.2014.

### 3.6 Condições de Vida

A análise indicativa de melhorias nas condições de vida considerou além da percepção dos assentados (poder de compra, alimentação e etc.), a posse de alguns bens de consumo e de transporte, realizando uma comparação da situação atual com a anterior ao assentamento.

Todos entrevistados afirmaram possuir fogão a gás, geladeira e televisão. Enquanto que 18,2% possuem antena parabólica e freezer, e 54,5% afirmaram possuir outros bens como: aparelho de som ou rádio, ferro elétrico e liquidificador. Quanto ao período de aquisição dos eletrodomésticos, 30% dos assentados já tinham antes e os demais (70%) conquistaram após o assentamento.

A presença das motos no assentamento é bastante significativa, 55% dos assentados declaram possuir esse bem. A posse das bicicletas também é representativa, 36% dos entrevistados afirmaram possuí-la. Já a posse de carros não é significativa, 9% apenas o possuem. Vale destacar que todos os meios de transportes citados foram conquistados após o assentamento.

É importante chamar a atenção para o impacto externo relativo à posse dos bens de consumo duráveis e de transporte comprados pelos assentados no comércio local/regional. Conforme dados obtidos no trabalho, constatamos que os bens de consumo duráveis foram comprados respectivamente em Sapé, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita e Bayeux. A participação dos assentados promove alterações na dinâmica do comércio local e regional, como é o caso dos mercados e demais serviços que se localizam nos municípios citados acima.

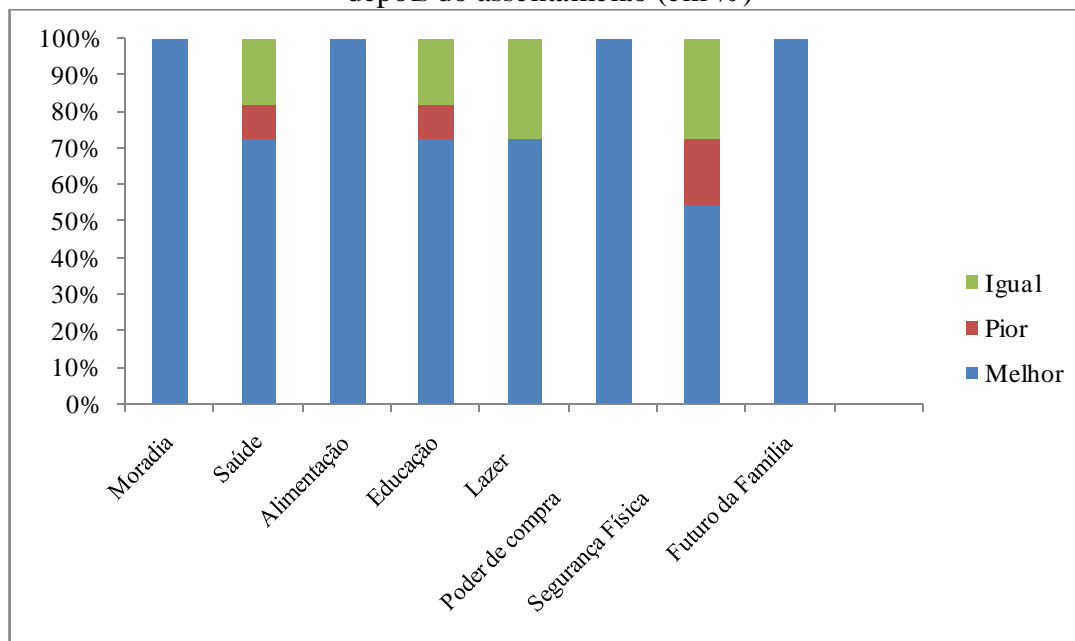
Todos assentados declararam que a vida melhorou após o assentamento e que desejam continuar no PA, conforme um dos entrevistados:

A minha vida era muito difícil em Bananeiras, até no chão meus filho dormia, dormia no chão por que a minha condição num dava. Hoje eu vejo cada um quarto e tem uma cama e lá num tinha não, lá nem um chinelo ele num tinha pra botar no pé mais que hoje eles tem. Trabalha do suor deles mesmo compra as roupas dele, as coisas dele se fosse em Bananeiras num tinha isso não (Assentado 6, Assentamento Dona Helena, 2014).

A percepção dos assentados sobre suas condições de vida antes e depois do assentamento reafirma a fala anterior do assentado. Todos declararam que houve melhoria nas condições de moradia, saúde, alimentação, educação, lazer poder de compra, segurança física

e perspectivas do futuro da família. Os destaques são em relação à moradia, alimentação, poder de compra e futuro da família (gráfico 8):

**Gráfico 8:** Percepção dos camponeses entrevistados sobre suas condições de vida, antes e depois do assentamento (em %)



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

A percepção dos assentados sobre a melhora nas condições de moradia está relacionada ao material de que era construída a casa no período anterior ao assentamento. No total, todas as casas são construídas de tijolo ou bloco (fig. 13). Antes de serem assentados, esse dado era de 60%, e os demais 40% tinham suas casas construídas com barro ou taipa ou ainda com papelão ou plástico.

**Figura 13:** Residência de assentado construída em alvenaria



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014.  
Acervo: Maria Clyvia Martins dos Santos.

O assentamento Dona Helena foi contemplado com o Programa Nacional de Habitação Rural(PNHR), e os assentados que se encontram adimplentes com o banco poderão realizar reformas em sua moradia. Eles receberão 17.200 reais, sendo que 35% do total será destinado à mão de obra, e o restante, 11.200 reais será destinado à compra de materiais. Conforme a Presidente da associação:

Ai o assentamento foi contemplado também, ai as pessoas que tava adimplente com o banco, aqui em Dona Helena são 73 que estão em ordem, mas dos setenta e três só 65 aproximadamente quiseram a reforma. Quem vai executar a reforma é uma construtora e quem é o proponente, a entidade organizadora também é o sindicato. 17.200, 35% é para a mão de obra, aí fica 11. 200 para a compra de material. O assentado paga 168 durante 4 anos os demais se for aplicado dentro dos padrão ai o governo federal dá isenção (Presidente da Associação, 2014).

Esse projeto do PNHR irá proporcionar maiores campos de trabalho para os moradores do município. A construtora que irá executar o projeto das reformas além de ter a obrigatoriedade de contratar quem é do município, dará preferência ao comércio local na compra dos materiais.

Em relação às condições de alimentação, estes também são aspectos importantes na caracterização das condições de vida dos assentados, e todos entrevistados apontaram melhoras. A esse aspecto, Leite et al (2004, p. 249) enfatiza que:



O acesso à terra e a possibilidade de plantio para consumo por si sós aparecem levar a uma melhoria nas condições de alimentação de pessoas que, muitas vezes, viviam de trabalho temporário ou eventual, ou então, mesmo tendo acesso à terra, como “moradores” ou “parceiros”, em situação de instabilidade.

Ao serem indagados sobre as perspectivas para o futuro da família todos consideraram que será melhor (gráfico 8). A pesar das dificuldades do dia a dia, os assentados esperam e confiam em um futuro melhor.

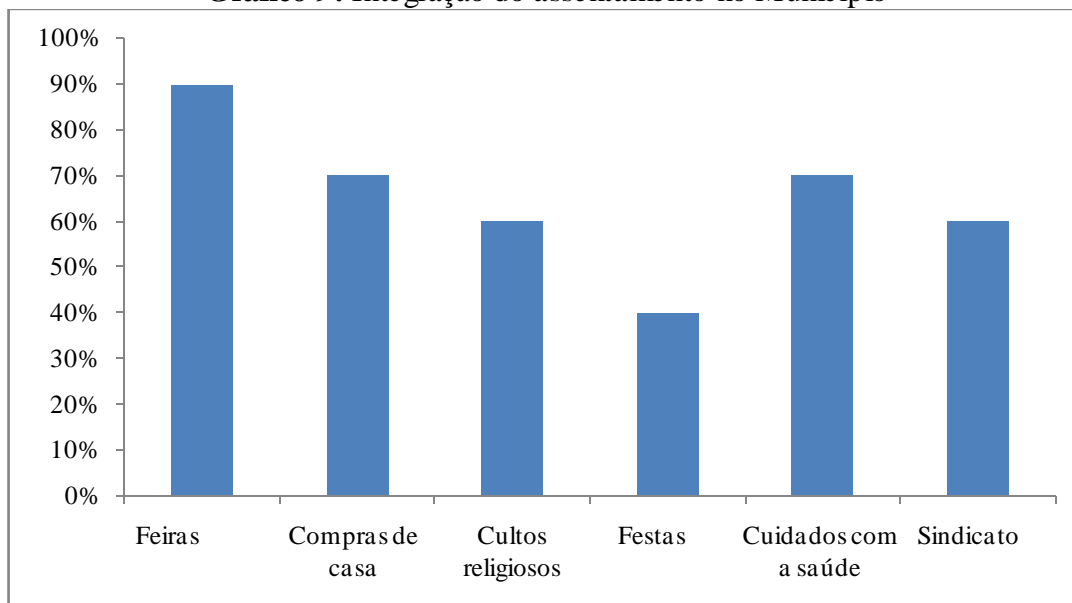
A melhoria das condições de habitação, saúde, educação, alimentação e outras, demonstram que houve mudanças importantes na vida dos assentados, tendo em vista que no período anterior ao assentamento, viviam em sua maioria em uma situação de precariedade como posseiros, canavieiros e acampados.

### **3.7 Integração do Assentamento com o município de Cruz do Espírito Santo**

Com a chegada dos assentados ocorreu um crescimento no comércio local, advindo das compras realizadas em mercadinhos, farmácias, lojas de móveis e de eletrodomésticos, contribuindo assim para o desenvolvimento do comércio do próprio município, bem como das cidades de Santa Rita e Sapé, ambas aumentando a oferta de empregos, gerando renda e possibilitando melhorias econômicas, como podemos constatar no depoimento de um morador de Cruz do Espírito Santo:

Eles compra muito, eu vejo muito assentado comprando movi, vai no mercadinho, ajuda né, por causa dos imposto também e pra o comerciante né. Muitos compra em Santa Rita e muitos compra aqui, os assentados né, aumenta tudo né, aonde tem renda tem emprego né não (Morador 1, Cruz do Espírito Santo, 2013).

Ao serem questionados sobre as atividades que os levam ao município, 90% dos assentados apontaram que costumam ir para as feiras, 70% para as compras de casa e cuidados com a saúde, 60% para cultos religiosos e Sindicato, e 40% para as festas que acontecem no município conforme o gráfico 9:

**Gráfico 9:** Integração do assentamento no Município

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2014. Elaboração da autora.

82% dos moradores entrevistados acreditam que a implantação dos assentamentos promoveu mudanças no comércio local (lojas, mercados, farmácia e etc..), principalmente com o crescimento no número de mercados, mercadinhos e lojas.

Um dos assentados também dá a sua opinião sobre a participação da população assentada no comércio do município:

Cresceu mais, o comércio cresceu, o município cresceu né porque muita gente que construíram essas casas, a maioria vinheram de fora, então cresceu, o município cresceu. Cresceu o comércio que muita gente que trabalha com lavoura vende aqui, negocia aqui mesmo na feira, o preço fica melhor, então cresceu tanto o comércio como o município cresce (Assentado 5, Assentamento Dona Helena, 2014).

A maioria dos comerciantes entrevistados apontou que a implantação dos assentamentos no município promoveu modificações no comércio (lojas, mercados, farmácia e etc..) e que houve crescimento de vendas no seu estabelecimento comercial após a implantação dos PAs. Conforme um dos entrevistados na pesquisa, “é fundamental a participação deles, agente vende mais pra eles do que pro pessoal daqui mesmo. Os assentados compram mais do que os que moram na cidade” (Comerciante 4, Pesquisa de Campo, 2014).

E sobre a participação dos assentamentos um dos comerciantes apontou que o Assentamento Dona Helena é o que mais compra em seu estabelecimento, por ser o mais próximo do município de Cruz do Espírito Santo:

O que mais compra aqui em Cruz dos assentamentos é o Assentamento Dona Helena. O Dona Helena, metade da Fazenda São Filipe e metade do Engenho São Paulo, a maioria eu acho que compra em Santa Rita (Comerciante 1, Pesquisa de Campo, 2014).

E apesar do município possuir um grande número de assentamentos, o que poderia alavancar o comércio local, estes estão localizados bem próximos a outros municípios como Sapé e Santa Rita, cidades que tem um comércio maior e oferecem preços mais baixos, com maior oferta de produtos nos mercados e lojas.

### **3.8 Participação política**

Os assentados também tem um papel importante no campo político do município, pois o aumento populacional incide diretamente no aumento de eleitores. Como afirma Medeiros e Leite (2004, p.86) “as alterações demográficas também produzem novos ingredientes à disputa local”.

90% dos entrevistados acreditam que o voto dos assentados tem peso nas eleições municipais e que o assentamento Dona Helena com aproximadamente 300 eleitores, apoiou a candidatura de Biu do Bar (Severino Bento) a prefeito em 1996. Já quando questionados sobre o apoio a Biu do Bar em 2012 em sua candidatura a vice-prefeito os assentados acreditam que o assentamento o apoiou, mas não da mesma forma, apenas 50%, isto é, metade do assentamento o apoiou nas eleições municipais em 2012. Um dos entrevistados relata o apoio dos assentados a Biu do Bar:

O assentamento se mobilizou e apostou mesmo que era verdade só que na realidade não foi que o pessoal desejava. (...) porque a própria escola do assentamento pra se conseguir e foi uma luta danada e ele era o prefeito (...) (Assentado 1, Assentamento Dona Helena, 2012).

Biu do Bar é o atual vice-prefeito do município e embora seu governo como Prefeito não tenha sido o que os assentados esperavam como também suas atitudes dentro do assentamento (plantando cana e usando agrotóxicos, vendendo lotes), percebemos que a participação dos assentados refletiu diretamente no quadro administrativo do município.

Vale destacar ainda, que não pretendemos analisar o sucesso ou o insucesso da ação dos assentados, no sentido de responsabilizá-los pelas ações do atual vice-prefeito.

Considerou-se aqui o poder de participação dos mesmos e de forma alguma podemos considerar que a eleição do assentado Bui do Bar na época do estopim dos conflitos seja considerada como um impacto negativo da ação dos assentados. Assim direcionamos nossos olhares para a capacidade que os assentados têm de transformação, dimensionando a importância do assentamento.

Dessa maneira não consideramos que a eleição de Bui do Bar a prefeito tenha sido um fracasso para os assentados, ou um impacto negativo do assentamento, por que o mais importante é perceber que dentro do contexto municipal a participação dos assentados não pode ser desconsiderada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se desvendar as principais abordagens dos impactos territoriais do Assentamento Rural Dona Helena. Para contextualização dos impactos, foi necessário identificar os principais sujeitos causadores das transformações ocorridas no meio rural. Essas transformações são decorrentes da organização das famílias rurais sem terra, de modo que os impactos são concebidos durante o processo de luta pela terra e a partir das ocupações dos latifúndios. As transformações ocorrem no interior do assentamento, nas relações entre as famílias assentadas e no seu entorno. Após a implantação do assentamento, inicia-se a fase de reivindicações por infraestruturas (rede de esgoto, energia elétrica, posto de saúde, rede de água) destinadas para consolidação e desenvolvimento das famílias assentadas.

A implantação dos nove assentamentos no município de Cruz do Espírito Santo repercutiu diretamente em uma desconcentração da propriedade da terra, implicando assim em uma redistribuição fundiária local, com o desenvolvimento de pequenas unidades de produção, proporcionando o acesso à terra a trabalhadores rurais antes excluídos.

O assentamento rural Dona Helena gera impactos na produção agropecuária, na comercialização da produção, proporcionando uma maior oferta de produtos no município. O acesso à educação, ao transporte escolar, e aos demais serviços básicos oferecidos no assentamento configuram em melhoria nas condições de vida dos assentados, bem como no crescimento do comércio local e regional advindo das necessidades desses sujeitos sociais.

Assim, evidenciamos as mudanças ocorridas após a criação do assentamento, a exemplo da produção agroecológica no PA Dona Helena, a participação de 27 famílias em feiras locais e regionais, e a participação das famílias no PAA. A forma como os assentados se organizam, a conquista da associação, da escola, da água encanada entre outros aspectos são indicativos de uma maior inserção dessa população que no período anterior a entrada no assentamento vivia às margens da sociedade.

Diante do que foi apresentado neste trabalho, percebemos a importância da implementação dos assentamentos rurais, assim como a importância de políticas públicas voltadas para esses projetos. O Estado Brasileiro precisa redefinir as políticas públicas voltadas para o meio rural, de modo que as políticas agrícolas para os assentados estejam associadas a um conceito de desenvolvimento mais amplo, tendo em vista que os assentamentos propiciam transformações importantes na vida das famílias assentadas e no seu entorno.

No entanto, de acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 80 - 81) “criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico (...) a política agrícola no Brasil mantém laços bastante frágeis com as políticas agrárias”.

É fato que os PAs implantados no Brasil são resultado da luta de trabalhadores rurais sem terra, e a redefinição de políticas públicas para esses projetos traria impactos locais surpreendentes. Felizmente a luta pela terra organizada pelos trabalhadores rurais sem terra está gerando novas destinações para as áreas dos latifúndios improdutivos. Novos acampamentos estão sendo organizados, novos assentamentos serão criados e novas famílias serão assentadas, surgindo assim, novos impactos territoriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.

BERGAMASCO, Sônia Maria & NORDER, Luiz AntonioCabello. **O que São assentamentos rurais**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos; 301).

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Cruz do Espírito Santo**, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: [http://www.ippri.unesp.br/Home/posgraduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/relatorio\\_data luta\\_brasil\\_2012\\_2013.pdf](http://www.ippri.unesp.br/Home/posgraduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/relatorio_data luta_brasil_2012_2013.pdf). Acessado em 22 de janeiro de 2014

D' INCAO, M. Conceição & ROY, Gerard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1995.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A Construção da Territorialidade camponesa no assentamento Dona Helen, Cruz do Espírito Santo-PB**, (Pós-Graduação em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2007.

FERNANDES, BernardoMançano. – **MST**: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana**: controvérsias em cena. Revista Nera, Ano 10, nº 11. Presidente Prudente – SP, 2007.

Geo Portal AESA. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/shapes.html>. Acessado em 31 de Julho de 2013.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. Geo textos, vol. 2, n. 2, 2006, (Pág.115-145).

IBGE.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 1995.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=250490&search=paraiba|cru>

z-do-espírito-santo|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria. Acessado em 30 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250490&idtema=79&search=paraiba|cruz-do-espírito-santo|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais-->. Acessado em 02 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **Cruz do Espírito Santo** - Dados gerais do município, 2010. Disponível em:  
[http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=\\_PT&codmun=250490&search=paraiba|cruz-do-espírito-santo|infograficos:-dados-gerais-do-município](http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=_PT&codmun=250490&search=paraiba|cruz-do-espírito-santo|infograficos:-dados-gerais-do-município). Acessado em 28 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **Cruz do Espírito Santo** - Histórico. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250490&search=paraiba|cruz-do-espírito-santo|infograficos:-historico>. Acessado em 28 de janeiro de 2014

\_\_\_\_\_ **Produção Agrícola Municipal 2006**. Disponível em:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>.  
 Acessado em 30 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **Produção Agrícola Municipal 2011**. Disponível em:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>.  
 Acessado em 30 de janeiro de 2014.

IDHM. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – **Cruz do Espírito Santo**. Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Área do projeto, Capacidade de assentamento, N° de famílias Assentadas, Tituladas, N° de vagas e Excedentes nos Projetos de Reforma Agrária**, 2014.

\_\_\_\_\_ **Diretoria de Cadastro Rural** – Departamento de Cartografia e Recursos Naturais.

\_\_\_\_\_ **Módulo Fiscal**. Disponível em:  
<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/fale-conosco/perguntas-frequentes>. Acessado em 07 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **Planta Cartográfica do Assentamento Dona Helena**, 2013.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. – **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, UNESP/Nead, 2004.

LIMA, Silvânia Félix de. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais**: o caso do PAs Timbó e Mata Verde-Espírito Santo/RN. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em:  
[http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1156](http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1156)



MARTINS, R. K., SILVA, N. S., FERNANDES, M.O., BORSATO, J. M. L. S. **O Sistema Mandala de Produção de Alimentos: Uma estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia – Minas Gerais, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1397\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1397_1.pdf). Acessado em 05 de março de 2014.

MEDEIROS, L.S & LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** Rio de Janeiro, MAUAD, 2004.

Memorial das Ligas Camponesas. **História das ligas camponesas.** Disponível em: [http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99). Acessado em 07 de fevereiro de 2014.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acessado em 08 de fevereiro de 2014.

MITIDIERO JUNIOR, MARCO A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba.** São Paulo, 2008.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Salário Mínimo.** Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/](http://portal.mte.gov.br/sal_min/). Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão.** 1. Ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997. 332p.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **A Formação Territorial e a Organização do Espaço no Assentamento Dona Helena no município de Cruz do Espírito Santo-PB.** João Pessoa: UFPB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Escolas do Campo e Formação Territorial dos Assentamentos de Reforma Agrária do Município de Cruz do Espírito Santo-PB.** Revista OKARA: Geografia em debate, v.3, n.1, p. 213-222, 2009. João Pessoa, PB.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira Transformações recentes.** In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.

PAIM, R. O., DALLIGNA, S. F. **A importância da Reforma Agrária: Diagnóstico do Assentamento Congonhas - Abelardo Luz - SC/Brasil na Perspectiva do Desenvolvimento Econômico.** In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uff.br%2Fvsinga%2Ftrabalhos%2FTrabalhos%2520Completo>

os%2FRobson%2520Paim.pdf&ei=rO4YUoa8EoOC9QSWx4CIAg&usg=AFQjCNFkJ8ZnTuRff2az82VqVHZmk-f2nA&bvm=bv.51156542,d.eWU. Acessado em 24 de agosto de 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. Editora brasiliense, 3ª edição, 1981, São Paulo-SP.

RODRIGUEZ, Janete Lins., SOUSA, Dalvanira Maciel de., BARRETO, Valdemir Tavares,. **Atlas Escolar Paraibano**. Editora Grafset, João Pessoa, 1997.

SILVA, David Pimentel O. & MITIDIERO JUNIOR, Marco A. **Os Impactos Territoriais da Luta pela Reforma Agrária**: Estudo do Projeto de Assentamento 22 De Novembro, Município de Lagarto (Se). In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto alegre: UFRGS, 2010.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Desempenho da agropecuária paraibana na década de noventa**. João Pessoa: UFPB, 2005.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### Entrevista realizada com os assentados do PA Dona Helena

##### QUESTIONÁRIO

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assentamento: **DONA HELENA** Município: **CRUZ DO ESPÍRITO SANTO**

Nome do entrevistador (a): \_\_\_\_\_

##### CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

1. Nome do titular do lote: \_\_\_\_\_
2. Nome do responsável pelo lote: \_\_\_\_\_ sexo: ( ) M ( ) F Idade: \_\_\_\_\_
3. Escolaridade: série \_\_\_\_\_ grau \_\_\_\_\_
4. Está estudando? \_\_\_\_\_ 4.1 Onde? \_\_\_\_\_
8. Onde nasceu? 8.1 município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_ Zona Rural ☐ na Urbana ☐
9. Ano em que entrou no assentamento: \_\_\_\_\_
10. Onde vivia antes de vir para o assentamento?
- 10.1 município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_ Zona Rural ☐ na Urbana ☐
11. Em que trabalhava antes do assentamento? \_\_\_\_\_ Zona Rural ☒ a Urbana ☐
12. Alguma pessoa que vive na residência trabalha fora? ( ) Sim ( ) Não **(Em caso de resposta positiva responder as questões 13, 13.1 e 13.2)**
13. Trabalha: ( ) em outro lote ( ) Fora assentamento 13.1 Em que trabalha? \_\_\_\_\_
- 13.2 Quanto ganha aproximadamente? \_\_\_\_\_
14. Alguma pessoa da residência recebe aposentadoria ou algum tipo de pensão? ( ) Sim ( ) Não 14.1 Quantas pessoas? \_\_\_\_\_
15. Qual a renda mensal no período anterior à entrada no assentamento? \_\_\_\_\_
16. Antes de ser assentado o (a) Sr (a) já havia trabalho na agricultura? ( ) Sim ( ) Não
- 16.1 Se sim, de que forma, na terra de quem? (Ex. como morador, arrendatário, meeiro, parceiro).  
\_\_\_\_\_

##### PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DONA HELENA

17. Qual a área total do lote da família? \_\_\_\_\_
18. Quantas pessoas moram no lote? \_\_\_\_\_
19. Tem área de reserva no lote da família? ( ) sim ( ) Não 21.1 Se há, qual o tamanho? \_\_\_\_\_
20. O Sr. (a) desenvolve as atividades produtivas de forma: ( ) Individual ( ) Coletiva ( ) Mista (parte individual, parte coletiva)
21. Que produtos vegetais são cultivados no seu lote?

Batata - doce		Banana	
Cana-de-açúcar		Castanha de caju	
Fava		Goiaba	

Feijão		Laranja	
Mandioca		Limão	
Melancia		Mamão	
Milho		Manga	
Tomate		Maracujá	
Abacate		Urucum	
Outros			

**22- Qual (s) produtos destinam-se mais para o consumo?**

Batata - doce		Banana	
Cana-de-açúcar		Castanha de caju	
Fava		Goiaba	
Feijão		Laranja	
Mandioca		Limão	
Melancia		Mamão	
Milho		Manga	
Tomate		Maracujá	
Abacate		Urucum	
Outros			

**23. A produção é agroecológica? ( ) Sim ( ) Não**

**24. Qual (s) produtos destinam-se mais para o comércio?**

Batata - doce		Banana	
Cana-de-açúcar		Castanha de caju	
Fava		Goiaba	
Feijão		Laranja	
Mandioca		Limão	
Melancia		Mamão	
Milho		Manga	
Tomate		Maracujá	
Abacate		Urucum	
Outros			

**25. Como o senhor (a) faz para vender?**

( ) Feira agro-ecológica da UFPB ( ) Feira do município de Cruz do Espírito Santo ( ) Atravessador ( )  
Outro\_\_\_\_\_

**26. Quais animais o senhor (a) tem em seu lote?**

( ) Gado bovino ( ) caprinos ( ) suínos ( ) aves ( ) outros

**27. Qual (s) criação destina-se mais para o consumo?**

( ) Gado bovino ( ) caprinos ( ) suínos ( ) aves ( ) outros

**28- Qual (s) criação destina-se mais para o comércio?**

( ) Gado bovino ( ) caprinos ( ) suínos ( ) aves ( ) outros

**29. Como o senhor (a) faz para vender?**

( ) Feira agro-ecológica da UFPB ( ) Feira do município de Cruz do Espírito Santo ( ) Atravessador ( )  
Outro\_\_\_\_\_

**30.** Existe algum programa da prefeitura p/contemplar os assentamentos, absorvendo a produção existente (na merenda escolar, por exemplo)? ( ) Sim ( ) Não **30.1** Qual \_\_\_\_\_

**31.** Qual a renda mensal da produção e da criação vendida? \_\_\_\_\_

### FINANCIAMENTO E CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA

#### Acesso ao crédito

**32-O** (a) Sr. (a) teve acesso a algum crédito após a formação do assentamento? ( ) Sim ( ) Não **(Em caso de resposta positiva responder as questões abaixo).**

**32.1** Em que ano? \_\_\_\_\_ **32.2** Valor do crédito? \_\_\_\_\_ **32.3** Em que utilizou esse crédito? \_\_\_\_\_

**32.4** Fonte do crédito:

( ) **PRONAF CUSTEIO** ( ) **PRONAF INVESTIMENTO** ( ) **PROCERA** ( ) **COOPERATIVA**

( ) **OUTROS** Quais? \_\_\_\_\_

**33. Acesso à água: 33.1** ( ) Poço comum ( ) poço artesiano ( ) açude ( ) cisterna ( ) carro pipa ( ) outros

**33.2** A água é de boa qualidade ( ) Sim ( ) Não

**34. Acesso à energia elétrica: 34.1** Seu lote tem energia elétrica ( ) Sim ( ) Não

**35. Acesso a educação: 35.1** Quantas pessoas da sua casa estudam ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) mais

**35.2** Faixa etária: ( ) de 0 a 6 anos ( ) de 07 a 18 anos ( ) de 18 a 30 anos ( ) mais de 30 anos

#### Assistência técnica

**36.** Existe assistência técnica no assentamento? ( ) Sim ( ) Não **36.1** Se há, qual o tipo de assistência?

\_\_\_\_\_

### CONDIÇÕES DE VIDA

**37.** Depois da conquista do assentamento a sua vida melhorou? ( ) Sim ( ) Não

Em que?

	Melhor	Pior	Igual
<b>Moradia</b>			
<b>Saúde</b>			
<b>Alimentação</b>			
<b>Educação</b>			
<b>Lazer</b>			
<b>Poder de compra</b>			
<b>Segurança Física</b>			
<b>Futuro da Família</b>			

**38-** De que é feita a casa do (a) Sr. (a)?

( ) Tijolo ou bloco ( ) Madeira ( ) Barro ou taipa ( ) Papelão ou plástico ( ) Palha ( ) Outros \_\_\_\_

**39-** Onde foi comprado o material de construção para fazer a casa? \_\_\_\_\_

**40-** De que era feita a casa em que o (a) Sr. (a) morava antes de vir para o assentamento?

( ) Tijolo ou bloco ( ) Madeira ( ) Barro ou taipa ( ) Papelão ou plástico ( ) Palha ( ) Outro \_\_\_\_

**41-** Sua casa atual é melhor do que a casa que o (a) Sr. (a) morava antes de vir para o assentamento?

( ) Melhor ( ) Pior ( ) Igual

**42-** Tem meio de transporte próprio? ( ) Sim ( ) Não (Em caso de resposta positiva responder as questões abaixo)

Meio de transporte	X	Ano de aquisição
Bicicleta		
Animal de transporte		
Moto		
Carro		
Outros _____		

**43-** Que eletrodomésticos possui?

Tipo	Tem? (Sim/não)	Já tinha antes do assentamento? (Sim/não)
Fogão a gás		
Geladeira		
Televisão		
Antena parabólica		
Máquina de lavar		
Freezer		
Outros _____		

**44-** Onde comprou os eletrodomésticos que possui após estar assentado? \_\_\_\_\_

**45-** Você deseja continuar no assentamento? ( ) Sim ( ) Não

### INTEGRAÇÃO DO ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE DO ASSENTAMENTO

**46-** O (a) Sr. (a) costuma ir a cidade para quê?

( ) Feiras ( ) Compras de casa ( ) Culto religiosos ( ) Festas ( ) Cuidados com a saúde ( ) Sindicato ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**47-** O (a) Sr (a) é sócio ou participa de algum tipo de associação ou movimento? ( ) Sim ( ) Não

**47.1** De que tipo de associação ou movimento? \_\_\_\_\_

**48.** Você acredita que o voto dos assentados tem peso nas eleições municipais? ( ) Sim ( ) Não

**49.** Em sua opinião o assentamento apoiou a candidatura de Bui do Bar a prefeito? ( ) Sim ( ) Não

**50.** Em sua opinião o assentamento apoiou a candidatura de Bui do Bar a vice-prefeito? ( ) Sim ( ) Não

### PRODUÇÃO DE CANA NO ASSENTAMENTO

**51.** O senhor (a) cultiva cana em seu lote ou na área coletiva? ( ) Sim ( ) Não

**52.** Quantos hectares de cana o senhor (a) cultiva? \_\_\_\_\_

**53.** Como o senhor (a) faz para vender? Nome da usina? \_\_\_\_\_

**54.** As Usinas pressionam para o senhor (a) plantar cana? ( ) Sim ( ) Não

**55.** E quanto ao retorno financeiro com o plantio da cana: ( ) bom ( ) ótimo ( ) ruim

**56.** Existem conflitos, brigas entre os que plantam cana e os que não plantam? ( ) Sim ( ) Não

57. O assentamento tem lote arrendado a alguma usina? ( ) Sim ( ) Não 57.1 Qual usina? \_\_\_\_\_

## **QUESTIONÁRIO (GRAVADO) COM OS ASSENTADOS**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

### **RESGATE HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA**

História da luta pela terra do assentamento Dona Helena.

O que o levou a ingressar no movimento de luta pela terra?

Quem apoiou? (CPT, MST...)

Relatos da vida de canavieiro, posseiro antes do assentamento.

### **APÓS O ASSENTAMENTO**

O que significa a conquista da terra para o (a) Sr. (a)?

Situação atual do assentamento?

O principal problema do assentamento?

Vendas de parcelas no assentamento?

### **PRODUÇÃO DE CANA NO ASSENTAMENTO**

Por que o senhor cultiva cana em seu lote?

O plantio da cana significa a perda da liberdade? ( ) Sim ( ) Por quê?

Efeitos das queimadas de cana no assentamento?

### **ASSOCIAÇÃO**

A Associação dos trabalhadores é um espaço de decisões coletivas?

Os problemas da Associação?

Vitórias?

### **INTEGRAÇÃO DO ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO**

Em sua opinião, o assentamento trouxe alguma melhoria para a região? ( ) Sim ( ) Não Por quê?

Como você avalia a gestão de Bui do Bar como prefeito e como vice-prefeito?

## APÊNDICEB

### Entrevista realizada com os moradores de Cruz do Espírito Santo

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_ Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

1 – Há quanto tempo você mora em Cruz do Espírito Santo?

☐ Entre 1 e 5 anos      ☐ Entre 6 e 10 anos      ☐ Entre 11 e 15 anos      ☐ Entre 15 e 20 anos  
Mais de 20anos ☐

2 – Você acredita que a implantação dos assentamentos no município promoveu mudanças no comércio local (lojas, mercados, farmácia e etc..)? Em caso de resposta positiva responder a questão 2.1.

☐ Sim      ☐ Não

2.1 Como?

☐ Crescimento no número de mercados e mercadinhos      ☐ Mais lojas      ☐ Outros \_\_\_\_\_

3 – Em sua opinião a produção de alimentos nos assentamentos é importante para o município?

☐ Sim      ☐ Não

4 - Os assentados do Dona Helena participam com sua produção na feira do agricultor (sábado) e na feira de Cruz do Espírito Santo (domingo), você acredita que isso é importante para o município? Em caso de resposta positiva responder a questão 4.1.

☐ Sim      ☐ Não

4.1 A importância se deve a quê?

☐ Maior diversidade de alimentos produzidos no município      ☐ Menores preços dos alimentos  
☐ Maior qualidade dos alimentos      ☐ Outro \_\_\_\_\_



**APÊNDICE C****Entrevista realizada com comerciantes de Cruz do Espírito Santo**

Nome do comércio: \_\_\_\_\_ Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_ Data da entrevista:  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1 – Você acredita que a implantação dos assentamentos no município promoveu mudanças no comércio local (lojas, mercados, farmácia e etc..)?**

☐ Sim    ☐ Não

**2- Houve crescimento de vendas no seu comércio após a implantação dos assentamentos?**

☐ Sim    ☐ Não

**Questionário (GRAVADO)**

**3- Qual a sua opinião sobre a participação dos assentados no comércio local?**

**4– Qual a sua opinião sobre o assentamento Dona Helena e sobre os assentados?**

## ANEXOS

## ANEXO A

## Decreto de Desapropriação

DECRETO DE 4 DE SETEMBRO DE 1995

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais denominados "ENGENHO NOVO" e "AGROPAR", situados no Município de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos artigos 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os imóveis rurais denominados "ENGENHO NOVO" e "AGROPAR", com área de 416,2220 ha e 392,0000 ha respectivamente, totalizando 808,2220 ha (oitocentos e oito hectares, vinte e dois ares e vinte centiares), situados no Município de Cruz do Espírito Santo, objeto dos registros nºs R-1-54, fls. 50/50v, do Livro 2 e 330, fls. 40, do Livro 2-B, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os móveis, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação da biota.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
José Eduardo de Andrade Vieira

## ANEXO B

## Portaria INCRA

DCU 127 de 03/07/96  
 Seção I - Pág. 12166  
 BS N.º 28 de 08/07/96

PORTARIA INCRA/SR-18/Nº 18 , DE 02 DE JULHO 1996

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria INCRA/P nº 358 de 20 de Maio de 1994, publicada no D.O.U. de 24 de Maio de 1994 CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel denominado "AGROPAR" com área desapropriada de 762,27 ha localizado no município de Cruz do Espírito Santo, no Estado da Paraíba, desapropriado para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 04 de Setembro de 1995, e cuja a imissão de posse se deu em 07 de Junho de 1996.

CONSIDERANDO que a análise procedida no Processo INCRA/SR-18 Nº 21620/000605/96, pelos órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional, decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com a instrução SEASC/Nº 07/88, RESOLVE:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Dona Helena, com área de 762,27 ha (setecentos e sessenta e dois hectares e vinte e sete ares) localizado no município de Cruz do Espírito Santo, no Estado da Paraíba, registrado em nome do INCRA, sob o nº 330, sob o nº de ordem R-2-330, Livro 2-B, Fls 40 do Cartório de Registro de Imóveis TEREZINHA VIEGAS BRANDÃO; da Comarca de Cruz do Espírito Santo/PB, e que prevê a criação de 105 (CENTO E CINCO) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar, elaborado pela SR-18/Z;

II - Criar o Projeto de Assentamento Dona Helena, Código Sipa PB 0072000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento;

III - Autorizar ao Grupamento de Assentamento a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar ao Grupamento de Assentamento que encaminhe cópia deste ato, ora aprovado para a Diretoria de Assentamento, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial da União;

V - Determinar ao Grupamento de Assentamento que participe aos órgãos do Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à Funai, o Projeto ora criado; e

VI - Determinar ao Grupamento de Assentamento que registre as informações referentes ao Projeto de Assentamento ora criado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-Sipra.

  
 Julio Cesar Ramalho Ramos

## ANEXO C

## Recibo de Pagamento do Projeto do PAA/CPR

**Conab** PAA – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA  
CDA – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

**RECIBO DE PAGAMENTO**

Os agricultores familiares, abaixo relacionados e assinados, receberam individualmente as quantias detalhadas, da organização proponente em destaque correspondentes as entregas de alimentos conforme estabelecido no projeto do PAA/CPR Doação Simultânea, dando assim plena e total quitação.

Nome da Organização Proponente: **Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Dona Helena**

Município: **Cruz do Espírito Santo** UF: \_\_\_\_\_

CNPJ: **01.283.952/0001-22** Código da Proposta: \_\_\_\_\_ Período de: \_\_\_\_\_

Item	Identificação do produtor/fornecedor		GR ou NF		Valor pago ao produtor/fornecedor (R\$)			Data e assinatura	
	Nome	CPF	Número	Data	Vir. Bruto	Desconto	Vir. Líquido	Data	Assinatura
01	ANA JSE ARAUJO	744525449	32636	22.11.2013	65,08	—	65,08		
02	CELA MARIA PASSO	022.173.043	32640	26.11.2013	50,40	—	50,40		Lucia P. de A.
03	JESSE DE OLIVEIRA	028.371.649	32640	26.11.2013	122,88	—	122,88		
04	JOSE JACINTO DA SILVA FILHO	028.371.649	32640	26.11.2013	114,47	—	114,47		
05	JOSÉ DIAS DE ARAUJO	593951012	32640	26.11.2013	242,40	—	242,40		
06	MAIRA JESSE DE ARAUJO	744.525.144	32643	09.12.13	52,12	—	52,12		
07	MAIRA JSE DE ARAUJO	744.525.144	32644	12.12.13	37,84	—	37,84		
08									
09									
10									
					685,44	—	685,44		

Cruz do Espírito Santo / /  
Local e Data

Assinatura do representante da Organização Proponente



## ANEXO D

## Solicitação da ATRADH para substituição de produtos do PAA

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO DONA  
HELENA

Of. Nº /2013

Cruz do Espírito Santo, 11 de novembro de 2013

A sua senhoria

Gustavo Guimarães Lima

Superintendente da CONAB.

Ao tempo que cumprimento Vossa senhoria, venho através deste ofício encaminhar a CONAB a solicitação de substituição de alguns produtos do Projeto P.A.A desta Associação pelo Produto Bolo de macaxeira, em virtude do inverno irregular que prejudica a produção agrícola. Em Anexo a este ofício vai a Ata desta associação solicitando a substituição dos produtos.

Atenciosamente.

  
Celia Maria da Silva  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

  
Roberto da Silva  
17/11/2013